

Gênero, Sexualidade e Educação

Leandro Colling

HACE₅₀

Gênero e sexualidade na atualidade

Gênero e sexualidade na atualidade

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Leandro Colling

Gênero e sexualidade na atualidade

Salvador, 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor: João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-Reitor: Paulo César Miguez de Oliveira
Pró-Reitoria de Extensão Universitária
Pró-Reitora: Fabiana Dultra Britto
Instituto de Humanidades, Artes e Ciências
Diretor: Messias Bandeira

Superintendência de Educação a
Distância -SEAD
Superintendente
Márcia Tereza Rebouças Rangel

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD
Haenz Gutierrez Quintana

Coordenação de Design Educacional
Lanara Souza

Coordenadora Adjunta UAB
Andréa Leitão

Gênero e Sexualidade na Educação
Coordenador: Prof. Leandro Colling

Produção de Material Didático

Coordenação de Tecnologias Educacionais
CTE-SEAD

Núcleo de Estudos de Linguagens &
Tecnologias - NELT/UFBA

Coordenação
Prof. Haenz Gutierrez Quintana

Projeto gráfico, diagramação e capa
Haenz Gutierrez Quintana

Equipe de Revisão:
Edivalda Araujo
Julio Neves Pereira
Márcio Matos
Simone Bueno Borges

Equipe Design
Supervisão: Alessandro Faria
Editoração / Ilustração:

Ana Paula Ferreira; Marcos do Nascimento;
Moema dos Anjos; Sofia Casais; Ariana
Santana; Camila Leite; Marcone Pereira

Gerente de AVA: Jose Renato Oliveira
Design de Interfaces: Raissa Bomtempo

Equipe Audiovisual
Direção:
Haenz Gutierrez Quintana

Produção:
Letícia Oliveira; Ana Paula Ramos
Câmera: Valdinei Matos

Edição:
Deniere Silva; Flávia Braga; Irlan
Nascimento; Jeferson Ferreira; Jorge
Farias; Michaela Janson; Raquel Campos;
Victor dos Santos
Animação e videografismos:
Bianca Silva; Eduarda Gomes; Marcela de
Almeida; Dominique Andrade; Roberval
Lacerda; Milena Ferreira
Edição de Áudio:
Cícero Batista Filho; Greice Silva; Pedro
Henrique Barreto; Mateus Aragão



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Esta obra está sob licença *Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0*: esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFBA

C711 Colling, Leandro.
Gênero e sexualidade na atualidade / Leandro Colling. - Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.
69 p. : il.
ISBN: 978-85-8292-181-4
1. Identidade de gênero. 2. Homossexualidade. 3. Homofobia. 4. Ideologia de gênero. I. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. II. Universidade Federal da Bahia. Superintendência de Educação a Distância. III. Título

CDU 305

Esta obra é um Componente Curricular do Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade na Educação na modalidade EaD da UFBA/SEAD/UAB

Sumário

Apresentação 07

Unidade 1 - Gênero 09

1.1 O que é identidade cultural e como ela é produzida?.....09

1.2 Breve histórico das primeiras vertentes dos movimentos feministas e LGBT 13

1.3 O que é e como foi construído o conceito de gênero?.....22

1.4 O que são os estudos queer?25

1.5 O que é a teoria da performatividade de gênero?28

1.6 O que é identidade de gênero?.....32

Unidade 2 -Sexualidade 41

2.1 O que é homofobia? 41

2.2 O que é heterossexualidade compulsória e heteronormatividade?..43

2.3. O que é homossexual, bicha, gay, lésbica, sapatão, bissexual, pansexual, assexual?49

2.4 O que é intersexo ou intersexualidade?50

Unidade 3 - Tensões e polêmicas atuais em gênero e sexualidade. 55

3.1. O que é ideologia de gênero?55

3.2 Equívocos recorrentes sobre gênero e sexualidade.....56

3.3 Genes determinam a homossexualidade?60

Referências 65

Sobre o autor

Leandro Colling - bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPQ, graduado em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1996), mestre (2000) e doutor (2006) em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Realizou o seu estágio de pós-doutoramento em 2013-2014 na Universidade de Coimbra, junto ao Centro de Estudos Sociais (CES). É professor associado I do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC) Professor Milton Santos, professor permanente do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia.

É criador e coordenador do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NUCUS) e é autor de vários artigos e capítulos de livros sobre as temáticas LGBT e queer nos produtos culturais e nas artes e sobre políticas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. É autor do livro *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer* e organizador dos livros *Stonewall 40 + o que no Brasil?*, *Estudos e políticas do CUS e Dissidências sexuais e de gênero*, todos editados pela Editora da Universidade Federal da Bahia.

Apresentação

Pessoas queridas.

Este livro didático foi pensado para apresentar, de uma forma panorâmica e inicial, alguns aspectos, conceitos e definições importantes para quem deseja estudar os temas relativos à diversidade sexual e de gênero na atualidade. A proposta é suscitar nas pessoas leitoras o desejo de ler mais sobre os temas, pois neste espaço jamais daríamos conta de desenvolver todos os assuntos e nuances desses temas ricos e complexos sobre sexualidade e gênero. Algumas reflexões adicionais serão acrescentadas e desenvolvidas nas videoaulas, que devem, preferencialmente, ser assistidas depois da leitura atenta de cada unidade deste livro. Ou seja, as videoaulas partirão do pressuposto que vocês já tenham lido e assimilado o conteúdo de cada unidade deste livro.

E não é por acaso que este componente é o primeiro de nosso curso de especialização em Gênero e sexualidade na educação. As reflexões iniciadas aqui serão depois aplicadas e aprofundadas especificamente nas suas interfaces com o campo da educação. Por isso, é muito importante entender bem os assuntos deste livro e módulo. Para que isso ocorra, não deixe de fazer as leituras complementares e atividades sugeridas no final de cada unidade.

De maneira resumida, este livro trata de alguns aspectos históricos do movimento feminista e LGBT e explica alguns dos conceitos centrais relativos à diversidade sexual e de gênero, a começar pela própria categoria gênero. Ao final, tratamos brevemente de alguns tensionamentos e desafios atuais envolvidos nessas discussões no Brasil da atualidade. Algumas das reflexões aqui contidas já foram realizadas por mim em outros textos, mas aqui ganharam uma nova versão e sistematização, além de uma série de novos acréscimos com o objetivo de tornar compreensível esses complexos temas para qualquer pessoa.

Bons estudos!

Leandro.

Unidade 1 – Gênero



1.1 O que é identidade cultural e como ela é produzida?

Antes de tratarmos especificamente sobre gênero e identidade de gênero, é preciso pensar sobre o que entendemos por identidade, ou melhor, identidades. Mesmo sem nos darmos conta, quase todos os dias nos deparamos, de alguma maneira ou outra, com as seguintes perguntas: quem é você? Onde nasceu? Onde mora? Onde estudou? Do que gosta? Essas perguntas, que parecem simples, fazem com que criemos um texto sobre quais são as nossas identidades, sobre como nos identificamos em relação a diversos aspectos e como nos explicamos para as demais pessoas.

Ao responder essas questões uma determinada pessoa poderá dizer, por exemplo, que é uma mulher brasileira, alta, negra, residente da periferia de Salvador, que lutou muito para estudar, que torce pelo Bahia e que gosta de pagode. Esse breve texto descreve as identidades dessa pessoa (de ordem nacional, de gênero, territorial, escolaridade, esportiva e musical). Além disso, também nos dá pistas sobre como a cultura na qual ela vive interfere e interferiu profundamente nessas características com as quais ela passou a se identificar. É por essas e outras coisas que os estudos sobre as diversas identidades que existem em nossa sociedade tendem a defender que as nossas identidades são culturais, ou seja, elas não são completamente inatas, naturais ou determinadas por algum componente genético.

No entanto, é evidente que a composição biológica dos nossos corpos, que é diferenciada, interfere na construção das nossas identidades. Por exemplo: uma pessoa com a pele clara não será identificada como negra e não sofrerá uma série de preconceitos de ordem racial que atingem as pessoas negras em uma sociedade racista como a nossa. Mas, ainda assim, isso não quer dizer que as identidades raciais sejam construídas de forma determinista por algum componente biológico e/ou genético. Se pensássemos assim,

estariamos, no final das contas, pensando por uma perspectiva racista. O que os estudos das identidades questionam, dentro dessa perspectiva cultural, é: por que atribuímos valor positivo para determinados corpos e não para todas as pessoas? É a partir daí que começamos a perceber que, se formos responder aquelas perguntinhas iniciais de uma forma um pouco mais profunda, veremos que as respostas estarão carregadas de processos históricos, políticos e econômicos que forjaram as formas com as quais constituímos as nossas identidades.

São esses processos que explicam porque, até bem pouco tempo, aquela nossa mulher negra, citada acima, talvez se identificasse como mulata ou morena. Se estamos tratando da mesma pessoa, por que em determinado contexto e tempo histórico essa pessoa se identificaria como morena e em outro como negra? É nessas questões que os estudos das identidades culturais estão mais interessados.

Stuart Hall, um importante autor que pensou muito sobre a construção das nossas identidades, em especial as étnico-raciais, entendia o seguinte sobre as identidades:

Utilizo o termo identidade para significar o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos interpelar, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode falar. As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (...) Isto é, as identidades são posições que o sujeito é obrigado a assumir, embora “sabendo” sempre que elas são representações, que a representação é sempre construída ao longo de uma “falta”, ao longo de uma divisão a partir do lugar do Outro e que, assim, elas não podem, nunca, ser ajustadas – idênticas – aos processos de sujeito que são nelas investidos (HALL, 2007, p.111-112).

O que podemos extrair dessa citação complexa? Primeiro: ao contrário do que o senso comum pensa, nós somos interpelados a assumir determinadas posições identitárias. As perguntinhas e também as conhecidas injúrias nos interpelam a construir as nossas identidades, a pensar em como iremos nos identificar, quais palavras iremos escolher para formular o nosso texto identitário. E nós realizamos essa operação acionando os discursos, palavras e práticas que já estão à nossa disposição. Mas essas práticas discursivas mudam ao longo do tempo e, também por isso, as identidades não podem ser pensadas como fixas, eternas, mas como “pontos de apego temporário”, nas palavras de Hall.

Na segunda parte da citação, Hall dialoga com os estudos das subjetividades para defender que só conseguimos elaborar o nosso texto identitário em função da existência do Outro, da alteridade, daquilo que difere de nós. Para eu me identificar como homem, preciso da existência da mulher. Para me identificar como heterossexual, preciso da existência do homossexual. Ou seja, esse Outro, que muitos rechaçam ou querem exterminar, exerce um papel importante para a construção do meu próprio texto identitário.

É por essas e outras questões que Tomaz Tadeu da Silva define que a identidade

não é uma essência, não é um dado ou fato – seja, da natureza, seja da cultura. Não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. Tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Podemos dizer que é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. É instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada. Está ligada a sistemas de representação, tem estreitas conexões com as relações de poder (TADEU DA SILVA, 2007, p.97)

Façamos novamente um esforço de pensar com o autor. Ou seja, a identidade é o resultado de um processo de construção que não realizamos de forma totalmente autônoma, sozinhos. Identidade sempre é relacional, depende do diferente, do Outro, da diferença, para que saibamos quem somos. As identidades só podem adquirir sentido através da linguagem. O interessante desse aspecto é que acionamos a linguagem para elaborar o nosso texto identitário, mas essa linguagem não foi criada por nós, ela precede a nossa existência, já existia quando chegamos neste mundo.

Além disso, as identidades são marcadas por meio de símbolos e representações, que colaboram muito para valorizar determinadas identidades ou subjugar outras. Uma representação em uma telenovela, por exemplo, não apenas retrata uma realidade, ela também ajuda o processo de construir ou manter um certo estigma sobre determinados grupos e identidades. Cientes disso, ativistas do campo das identidades jamais consideram tolices as representações do seu grupo em um meio de comunicação de massa. Pelo contrário, disputar e lutar por essas representações se torna um dos principais focos das políticas de muitos movimentos sociais e ativistas.

Mas esses coletivos que agrupamos em certas identidades também não são homogêneos, unificados. Voltemos à nossa personagem mulher negra. Existe uma imensa diversidade entre as mulheres negras, nem todas concordam sobre o que é ser uma mulher negra, outras apontarão sobre o que é ser uma mulher negra “de verdade”, e aí entramos em um rico e polêmico debate sobre o campo das identidades.

Para gravar

O que vale a pena guardar desse debate, que é muito mais complexo e longo do que consta essa breve síntese, é que as identidades que nós possuímos resultam de um processo de identificação que sofre influências de inúmeros aspectos. Esses processos de identificação iniciam na medida em que crescemos, se intensificam em determinados momentos de nossas vidas, mas, a rigor, nunca findam, mesmo quando já estamos na idade adulta. Basta se perguntar: você é hoje a mesma pessoa que foi no ano 2000? Com quais coisas você se identificava ontem e com quais coisas se identifica hoje? A nossa personagem inicial poderia dizer: “discordo, pois eu sou mulher desde que me entendo por gente e sempre vou ser mulher”. Ok, mas você é hoje a mesmíssima mulher de 20 anos atrás? Provavelmente algumas coisas mudaram, não é? Esse é um simples exercício para perceber que as identidades são flexíveis, mudam ao longo do tempo, ou seja, não podemos pensá-las como fixas, inatas ou completamente “naturais”.



Figura 2: protesto feminino . Ilustração Carlos Reis

1.2 Breve histórico das primeiras vertentes dos movimentos feministas e LGBT

Nosso interesse neste componente curricular é o de discutir as identidades sexuais e de gênero. Em alguns momentos iremos separar as identidades sexuais das identidades de gênero, mas veremos que, a rigor, esses dois campos são muito inter-relacionados. Quando trabalharmos em separado é muito mais por uma questão didática ou porque determinados saberes e movimentos sociais trabalharam com essas identidades dessa forma. Ao final, vocês perceberão como é difícil, hoje em dia, separar, de forma estanque, as questões da sexualidade das questões de gênero.

As discussões sobre identidades sexuais e de gênero são centrais para os movimentos feministas e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A “história oficial”, que é controversa, divide o movimento feminista em várias “ondas” ou fases. Muitas feministas criticam a ideia de “onda”, considerada como um movimento efêmero, que passa. As contribuições desses diversos momentos do movimento feminista, entretanto, foram decisivos e permanecem na sociedade atual. A primeira fase seria a do chamado movimento sufragista, da virada do século XIX para o XX. Esse movimento estava inicialmente mais voltado para lutar pelo direito de voto das mulheres.

As sufragetes, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo. O direito ao voto foi conquistado no Reino Unido em 1918. (PINTO, 2010, p. 15)

No Brasil, por exemplo, as mulheres conquistaram esse direito apenas a partir de 1932.

A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi promulgado o Novo Código Eleitoral brasileiro. (PINTO, 2010, p. 16).

Guacira Lopes Louro (2014) destaca que as sufragistas não estavam apenas interessadas em votar e aponta que aquele movimento inicial estava mais ligado às mulheres brancas, o que gerou, em vários países, um descontentamento das mulheres negras, que depois criaram o feminismo negro. Trataremos especificamente desse feminismo no componente curricular Interseccionalidades, pois foram as mulheres negras (a exemplo de Kimberlé Crenshaw), ou não brancas (como Gloria Anzaldúa), quem mais colaboraram para criar e problematizar o conceito de interseccionalidade, para chamar a atenção sobre como diversas opressões atravessam as suas vidas (não apenas as questões de gênero) e como as suas bandeiras principais, em função das suas vivências, se diferem das lutas prioritárias elencadas pelas mulheres brancas e heterossexuais.

Com amplitude inusitada, alastrando-se por vários países ocidentais (ainda que força e resultados desiguais), o sufragismo passou a ser reconhecido, posteriormente, como a “primeira onda” do feminismo. Seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidades de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados aos interesses das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento. (LOURO, 2014, p. 19)

A chamada “segunda onda” do feminismo inicia no final da década de 1960, quando as mulheres, além de reivindicar direitos iguais aos homens, também passaram a construir de forma mais sistemática as chamadas

teorias feministas. Uma das teóricas mais conhecidas deste momento foi a francesa Simone de Beauvoir, com a clássica obra *O segundo sexo*, publicado inicialmente em 1949 mas que ganha, após os emblemáticos anos 60, uma grande repercussão. No entanto, uma série outras mulheres também escreveram obras fundamentais do feminismo dessa segunda onda em vários países, a exemplo de Mariarosa Dalla Costa (Itália), Valerie Solanas, Betty Friedan e Kate Millett (Estados Unidos).

*A década de 1960 é particularmente importante para o mundo ocidental: os Estados Unidos entravam com todo o seu poderio na Guerra do Vietnã, envolvendo um grande número de jovens. No mesmo país surgiu o movimento hippie, na Califórnia, que propôs uma forma nova de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, propagando seu famoso lema: “paz e amor”. Na Europa, aconteceu o “Maio de 68”, em Paris, quando estudantes ocuparam a Sorbonne, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo. Foi também nos primeiros anos da década que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. A música vivia a revolução dos Beatles e Rolling Stones. Em meio a esta efervescência, Betty Friedan lança em 1963 o livro que seria uma espécie de “bíblia” do novo feminismo: *A mística feminina*. Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO, 2010, p. 16)*

Céli Regina Jardim Pinto (2010) destaca que, enquanto isso, o Brasil estava em grande efervescência cultural no início dos anos 60, mas logo em seguida tivemos o golpe cívico-militar no país, que, especialmente a partir de 1968, endureceu e reprimiu as liberdades individuais. Isso impediu o desenvolvimento de vários movimentos emancipatórios, a exemplo do feminismo.

(...) enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era muito propício para o surgimento de movimentos libertários, principalmente aqueles que lutavam por causas identitárias, no Brasil o que tínhamos era um momento de repressão total da luta política legal, obrigando os grupos de esquerda a irem para a clandestinidade e partirem para a guerrilha. Foi no ambiente do regime militar e muito

limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram as primeiras manifestações feministas no Brasil na década de 1970. O regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas (PINTO, 2010, p.16-17)

A redemocratização no Brasil, a partir de 1980, criou condições para desenvolvimento do movimento feminista, que se ampliou rapidamente e passou a trabalhar em várias frentes, pelos direitos das mulheres e suas várias especificidades e diferenças de classe, raça/etnia, escolaridade etc. Nesse momento, conta Céli Pinto, existiam

(...) inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas – violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais. Estes grupos organizavam-se, algumas vezes, muito próximos dos movimentos populares de mulheres, que estavam nos bairros pobres e favelas, lutando por educação, saneamento, habitação e saúde, fortemente influenciados pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. (PINTO, 2010, p. 17)

No Brasil, embora as mulheres negras já tivessem apresentado um manifesto no Congresso de Mulheres Brasileiras de 1975, Núbia Moreira considera que a relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bertioga, em 1985.

A partir de 1985 surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. A organização atual de mulheres negras com expressão coletiva emerge no sentido de adquirir visibilidade política no campo feminista, especificamente no III Encontro Latino-Americano Feminista em Bertioga. O fato marcante tocado por todas entrevistadas é a cena que se estabelece uma tensão quando chega um ônibus do Rio de Janeiro lotado de mulheres negras que não estavam inscritas no Encontro e queriam dele participar. Do total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam como negras e/ou mestiças. (MOREIRA, 2006, p.1).

As mulheres que integraram o posteriormente denominado feminismo negro estiveram, por muito tempo, ligadas ao movimento negro. A compreensão de que o movimento negro não contemplava questões específicas das demandas das mulheres, assim como o feminismo sufragista e da década de 1960 não contemplava questões relativas às populações negras, fez com que cada vez mais esse grupo se organizasse como grupo de maior visibilidade. Sueli Carneiro (2011) destaca que, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito a ir à rua, por exemplo, as mulheres negras ali já estavam há muito tempo para trabalhar.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar (CARNEIRO, 2011).

Já a história do movimento LGBT é ainda mais recente, se comparada ao movimento feminista. A versão mais difundida entre pessoas militantes e pesquisadoras é a de que o movimento começa a se organizar após a conhecida Revolta de Stonewall, nos Estados Unidos. Alessandro Soares da Silva (2011) pondera que essa versão é parcialmente verdadeira porque já existiam coletivos organizados na Alemanha do século XIX. Em 28 de junho de 1968, as pessoas que frequentavam o bar Stonewall Inn, em Nova York, em sua maioria travestis, drags e gays precarizados, se revoltaram contra as insistentes batidas policiais no estabelecimento. O confronto durou dias e foi encerrado com uma marcha pelas ruas da cidade. Silva conta que as batidas policiais eram constantes nos locais de sociabilidade gay e serviam para que policiais corruptos arrecadassem dinheiro.

(...) o pagamento de suborno por parte de proprietários deste tipo de estabelecimento à polícia já era um hábito institucional estabelecido desde os anos trinta, assim, havia uma espécie de data pré-estabelecida para efetuar os acordos. Naqueles anos, muitos dos bares de ambiente eram controlados pela máfia policial – era o caso de Stonewall que, desde sua abertura em 1966, pagava regularmente dois mil dólares semanais, cobrados por policiais corruptos. Em troca desta exorbitante quantia em dinheiro à época, eram avisados de antemão quanto à data e horário das blitz policiais.

Em 28 de junho de 1969, isso não ocorreu. Não se sabe bem o motivo – se porque ainda não havia sido paga a quantia combinada naquela semana, ou porque essa seria uma maneira de forçar os donos do bar a pagar um valor ainda maior, ou, ainda, porque essa blitz originou-se de alguma ordem inesperada e, por isso, inevitável. Mas, ainda que não se saiba com certeza como se deram, em realidade, os fatos daquela noite, costuma-se aceitar a versão de que, após a entrada dos policiais no bar e realização de algumas detenções, uma lésbica fora agredida por um policial na cabeça e, ao ser contida pela polícia, teria incitado à rebelião os demais detidos que se encontravam na viatura policial (...). (SILVA, 2011, p. 140)

Silva (2011) frisa que a rebelião não se reduziu a um evento isolado no bar.

Em pouco tempo, centenas de pessoas cercaram a polícia, que dava continuidade à ação e, aos gritos, uma travesti dizia “Já lhes deram o dinheiro, mas aqui tem um pouco mais!”; enquanto a multidão acompanhava nos gritos e jogando moedas. Com isso, a situação de confronto se intensificou. Uma das viaturas policiais presentes no local logrou sair, levando em seu interior alguns detidos, enquanto os demais policiais se refugiaram no interior do bar. Neste momento, alguns dos presentes arrancaram um parquímetro para usá-lo como aríete contra a porta do bar, de forma a aceder aos policiais entrincheirados, que resistiram em um primeiro instante com uma mangueira de combate a incêndios e, na sequência, com suas armas.

Em sequência, chegou uma unidade antidistúrbios, frente à qual a multidão continuou rebelando-se e atacando furiosamente até quatro horas da madrugada, quando se produziu uma provisória e relativa calmaria – provisória pois, nas noites que se seguiriam até 02 de julho, cerca de 2.000 homens e mulheres se enfrentariam com outros cerca de 400 policiais. Nestes enfrentamentos que se seguiram ao dia 28 de junho, a multidão ateou fogo em contêineres de lixo e lançou mão de pedras, tijolos e barricadas como instrumentos de enfrentamento e resistência às forças policiais. (SILVA, 2011, p. 141)

O Brasil precisou de mais dez anos depois de Stonewall para assistir à criação de um grupo homossexual organizado. Trata-se do grupo Somos, que funcionou de 1978 a 1983. Em 1976, após viver alguns anos em São Francisco, o escritor João Silvério Trevisan tentou reunir algumas pessoas para formar um coletivo, mas foram realizados apenas alguns encontros. Segundo James Green, após a primeira edição do jornal Lampião da Esquina, em abril de 1978, também com a organização de Trevisan, é que “uma dúzia de gays em São Paulo organizou um grupo que evoluiria para a primeira organização duradoura e bem-sucedida de liberação dos gays” (GREEN, 2000, p.432). Inicialmente, o grupo se chamava Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais. Em finais de 1978, após uma discussão acalorada, o coletivo chegou a um acordo e o rebatizou como Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.

Os nomes incluindo a palavra gay eram vigorosamente rejeitados, pois, diziam os participantes, isso seria uma imitação do movimento americano. Havia consenso de que um movimento brasileiro único precisava ser forjado. O empréstimo de termos estrangeiros, argumentava-se, poderia comprometer tal intenção. (GREEN, 2000, p. 432)



Figura 3: Rebelião no Stonewall. Ilustração Carlos Reis

O Grupo Gay da Bahia foi fundado em 1980 e é a mais antiga associação, em funcionamento, de defesa dos direitos humanos dos homossexuais no Brasil. O GGB foi registrado como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983. A partir dos anos 90, segundo vários estudiosos do tema, a exemplo de Regina Facchini (2005), o então Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) começa a se diversificar, com a criação de coletivos de lésbicas e travestis. As lésbicas já participavam do Somos, mas não se sentiam contempladas com as pautas da maioria homossexual masculina e rapidamente criaram grupos só delas. Marisa Fernandes conta que

Elas (as lésbicas) começaram a fazer parte do Grupo Somos/SP, pioneiro no movimento LGBT, em fevereiro de 1979. Passados apenas três meses de atividades com os gays, perceberam atitudes machistas e discriminatórias desses companheiros de militância. Influenciadas pelo feminismo, elas sabiam que suas especificidades como mulheres – e não apenas como homossexuais femininas – geravam dupla discriminação. Como lésbicas feministas, decidiram então atuar como um subgrupo dentro do Somos, o Grupo de Ação Lésbico-Feminista ou apenas LF, com posicionamento político de independência frente à centralização do poder masculino. (FERNANDES, 2018)

As travestis passaram a ter um grupo próprio apenas em 1992, com a fundação da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL, no Rio de Janeiro.

No dia 2 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), um grupo de travestis que se prostituía na Praça Mauá, região portuária da cidade do Rio de Janeiro, reuniu-se para formar a primeira organização política

de travestis da América Latina e a segunda do mundo, de acordo com Jovanna Baby. A Associação das Travestis e Liberados do Rio de Janeiro (ASTRAL) (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 326)

Um ano depois, em 1993, também na cidade do Rio de Janeiro, já era realizado o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, com 95 participantes de cinco estados. Segundo Carvalho e Carrara (2013, p. 328), depois disso surgiram outras organizações, como o Grupo Esperança, em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS), em 1995; o grupo Filadélfia, também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta pela Cidadania, (Unidas), de Aracajú, ambos em 1999.

Até o início dos anos 1990, travestis e transexuais não estavam formalmente incluídas no ainda chamado MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). Foi a partir daí, quando este movimento começou a se apresentar mais claramente como uma ação coletiva cuja autoria se remetia a uma espécie de “federação” de diferentes categorias sociais, que elas puderam encontrar algum espaço de representação política. Foi em 1995 que, pela primeira vez, organizações de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas. Em seu âmbito criava-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). O termo “travesti” passou então a fazer parte oficialmente da sigla, e também do nome dos encontros nacionais, como o que aconteceu em 1997, chamado de EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis)

Nesse momento, a letra “T” acrescida à sigla do movimento dizia respeito apenas a “travestis”. A entrada formal da categoria “transexual” é mais tardia, só passando a ter maior presença no cenário político nacional em meados da década de 2000. Porém, segundo algumas entrevistadas, ainda em 1995 teria sido criado o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT) (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 331)

Em meados dos anos 2000, começam a surgir organizações políticas específicas de pessoas transexuais. Em 24 de janeiro de 2005, em Curitiba, durante o I Congresso da ABGLT foi fundada a UBT – União Brasileira de Transexuais. A organização existiu por poucos meses (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 331). Em 2012, foi criada a Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT), que funcionou até 2014, quando foi fundado o Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT), em atividade até hoje. E assim a sigla que, inicialmente, era MHB passou a ser GLBT e depois LGBT. A inversão das letras foi deliberada na primeira Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, em 2008. A mudança objetivou dar mais visibilidade às lésbicas.

Nos últimos dez anos, com a emergência das identidades transexuais, diversos outros grupos e associações dirigidas a essas pessoas também foram criadas e o T da sigla, no Brasil, passou a significar travestis e transexuais. Tudo indica que a sigla oficial do movimento irá em breve receber a letra I, de intersexuais. Existente em vários países, em 2018 começou a se constituir no Brasil uma movimentação para a criação de um coletivo de pessoas intersexo. Mais adiante explicaremos o que são as pessoas intersexo.

Por enquanto, a sigla oficial que o movimento social brasileiro usa é LGBT. Em outros países, a exemplo do Canadá, o movimento usa uma sigla bem mais extensa, como pode ser vista nessa foto tirada em uma atividade da parada da cidade de Montreal, em 2018. Mais adiante, trataremos de explicar cada uma dessas e outras categorias identitárias.



Figura 4: Sigla Canadense. Foto: Leandro Colling



Figura 5: Simone de Beauvoir. Foto: Wikimedia Commons



Figura 6: Foto: Pixabay

1.3 O que é e como foi construído o conceito de gênero?

Como vimos, é a partir da segunda onda que o feminismo começou a construir teorias e conceitos feministas. Um desses conceitos é o de gênero. Mas a categoria gênero, ao contrário do que muita gente pensa, não foi criada pelo feminismo.

Longe de ser uma criação da agenda feminista dos anos 60, a categoria gênero pertence ao discurso biotecnológico do final dos anos 40 (...). Para a rigidez do sexo do século XIX, John Money, o psicólogo infantil encarregado do tratamento de bebês intersexuais, vai opor a plasticidade tecnológica do gênero. Utiliza (ele) pela primeira vez a noção de gênero em 1947 e a desenvolve clinicamente mais tarde com Anke Ehrhardt e Joan e John Hampson para falar da possibilidade de modificar hormonal e cirurgicamente o sexo dos bebês nascidos com órgãos genitais e/ou cromossomos que a medicina, com seus critérios visuais e discursivos, não podem classificar só como feminismos ou masculinos (PRECIADO, 2008, p. 81).

No entanto, é no interior do feminismo que a categoria gênero passou a ser pensada de outra forma, como instrumento de análise para apontar as diferenças e hierarquias entre homens e mulheres e também para desnaturalizar os próprios gêneros das pessoas. Quando Simone de Beauvoir diz, em *O segundo sexo*, que “não de nasce mulher, torna-se mulher”, ela já

estava colaborando com a discussão sobre a desnaturalização do gênero feminino. Isso porque, inicialmente, se pensou o sexo (aqui pensado na genitália da pessoa) enquanto um dado da natureza e o gênero como um dado da cultura. Como veremos a seguir, hoje essa própria distinção entre sexo e gênero tem sido muito problematizada por uma série de feministas, assim como a relação entre natureza e cultura, a partir dos estudos de Charles Darwin, e as leis do uso e do desuso, via Jean Baptiste Lamarck. Ou seja, inclusive esses dois naturalistas também já pensavam sobre questões ditas “biológicas” e “naturais” que também são influenciadas pela cultura.

Mas o conceito de gênero não ingressou no feminismo sem um imenso debate e controvérsias que, a rigor, continuam até hoje. Determinadas feministas alegavam ou alegam que a categoria gênero invisibiliza a categoria mulher, por exemplo. De qualquer maneira, gênero não é nunca sinônimo de mulher, pois tanto homens quanto mulheres possuem gênero. De alguma forma, a categoria gênero também abriu espaço para pensar as masculinidades, estejam elas presentes em corpos lidos como femininos ou masculinos.

Segundo Guacira Lopes Louro (2014), é através das feministas anglo-saxãs que gênero passou a ser distinto de sexo, com o objetivo de rejeitar o determinismo biológico implícito no uso da categoria sexo. Uma dessas feministas, que ficou muito conhecida, é Joan Scott, com o seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, publicado originalmente em 1988.

O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. Ao dirigir o foco para o caráter “fundamentalmente social”, não há contudo, a pretensão de negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre essas características biológicas. (...) As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. (LOURO, 2014, p. 26)

Vejam como essas explicações são primorosas para atacar aquilo que alguns setores religiosos hoje em dia estão chamando de “ideologia de gênero”, sobre a qual trataremos em mais detalhes na terceira unidade deste livro. Gênero, para o feminismo, não é ideologia, mas uma categoria de análise útil para identificar e denunciar as relações e assimetrias entre os gêneros, entre homens e mulheres, em nossa sociedade.

O modo como cada corrente do feminismo pensa a categoria gênero varia conforme as suas perspectivas epistemológicas e políticas. Não faremos aqui uma revisão de todas essas perspectivas e visões diferenciadas dos feminismos e dos usos da categoria gênero. No entanto, trataremos a seguir como o sistema sexo-gênero passou a ser problematizado pelo feminismo queer, ou pelos estudos queer, em especial pela obra da feminista Judith Butler.



Figura 7: Preconceito. Ilustração: Carlos Reis

1.4 O que são os estudos queer?

Antes de tratar sobre as colaborações de Judith Butler ao sistema sexo-gênero, situemos o seu pensamento dentro dos chamados estudos queer, que começaram a ser desenvolvidos a partir do final dos anos 80 por uma série de pessoas pesquisadoras e ativistas bastante diversificadas, especialmente nos Estados Unidos.

Um dos primeiros problemas é como traduzir o termo queer para a Língua Portuguesa. “Queer pode ser traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário”, diz Louro (2004, p. 38). A ideia foi a de positivar essa conhecida forma pejorativa de insultar os homossexuais nos Estados Unidos. Segundo Butler, apontada como uma das precursoras dos estudos queer, o termo tem operado uma prática linguística com o propósito de degradar os sujeitos aos quais se refere. “Queer adquire todo o seu poder precisamente através da invocação reiterada que o relaciona com acusações, patologias e insultos” (BUTLER, 2002, p. 58).

Além de dar um novo significado ao termo, os ativismos e estudos passam a entender queer como uma prática de vida que se coloca contra as normas socialmente aceitas. Nesse sentido, um dos maiores esforços reside na crítica ao que se convencionou chamar de heteronormatividade, defendida por aqueles que vêem o modelo heterossexual como o único correto, saudável e possível (mais adiante explicaremos com mais detalhes o que

é heteronormatividade). Por isso, os primeiros trabalhos queer apontam que este modelo foi construído para normatizar as relações sexuais. Assim, pretendem desconstruir o argumento de que sexualidade segue um curso natural.

Ao contrário do que muita gente pensa no Brasil, os estudos queer não foram criados apenas a partir das universidades. Na verdade, antes da existência do que hoje chamamos de estudos queer, existiram alguns coletivos do movimento social que começaram a reivindicar a palavra queer e a relacioná-la propostas políticas diferenciadas daquelas mais usadas por determinados setores do movimento gay americano. Um desses grupos, em existência até hoje, foi o ACT UP (Aids coalition to unleash power), criado em 1987 para reivindicar políticas para combater a epidemia do HIV-Aids nos Estados Unidos. Outro grupo foi o Queer Nation, que fez sua primeira aparição na parada LGBT de Nova York de 1990. Esses grupos colaboraram para criticar a aderência das pessoas gays ao modelo heterossexual de vida (evidenciado na pauta prioritária do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo) e da mercantilização da “cultura gay”.

Ao mesmo tempo em que surgiam esses grupos, ocorria uma forte crise no feminismo dos EUA, iniciada na década de 1980, pois uma série de mulheres lésbicas, chicanas, não brancas e negras não se sentiam contempladas no feminismo branco de então. Esses novos ativismos e produções intelectuais que começavam a ser publicadas nas universidades foram chamadas, em 1990, por “teoria queer” pela feminista Teresa de Lauretis.

Os estudos queer são bastante diversos entre si, mas alguns aspectos os unem:

1. As críticas às normas de gênero e sexualidade e explicações sobre como elas foram construídas e naturalizadas ao longo do tempo;
2. As evidências de como as múltiplas identidades de gênero e orientações sexuais existem, resistem e se proliferam, por não serem entidades estáveis e autênticas;
3. As críticas às perspectivas patologizantes em relação a essas identificações e às compreensões e saberes que tentam explicar as sexualidades e os gêneros a partir de perspectivas genéticas, biologizantes e morais;
4. A rejeição a qualquer ideia de normalização e a problematização das categorias que estão em zona de conforto, como a heterossexualidade, por exemplo, que se constitui não apenas como uma expressão da sexualidade, mas a norma política que todos deveriam seguir dentro de um modelo bastante rígido;

5. E as críticas em relação a clássica separação entre os estudos da sexualidade e os estudos de gênero.

Já a história sobre o surgimento dos estudos queer no Brasil é controversa. Richard Miskolci (2012) defende que um dos primeiros textos em língua portuguesa sobre o queer foi publicado em 2001 no Brasil, de autoria da pesquisadora Guacira Lopes Louro, uma das principais difusoras do pensamento de Judith Butler em nosso país, em especial no campo da educação. O texto, intitulado *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação*, foi publicado na Revista Estudos Feministas.

Fábio Feltrin de Souza e Fernando José Benetti (2016), no entanto, apresentam uma versão um pouco diferente. Segundo eles, antes do texto de Louro, pesquisadoras como Karla Bessa, em 1995, e Tânia Navarro Swain, em 1999, e os pesquisadores Mário César Lugarinho, em 1999, e Denilson Lopes, em 1997, já haviam publicado textos sobre teoria queer no Brasil.

Independente disso, para pensar as perspectivas queer no Brasil, poderíamos nos perguntar: se as características dos estudos queer apontadas acima parecem corretas, por que não podemos pensar que já tínhamos no Brasil uma produção de conhecimento e também um ativismo político sintonizado com essas questões muito antes daquilo que se convencionou chamar de teoria ou estudos queer? Colling (2015a) argumentou que, no Brasil, podemos encontrar várias dessas características nos livros de pessoas como Nestor Perlonguer (1987), Suely Rolnik (1989) e Edward MacRae (1990). Esse último, estudioso do emergente movimento homossexual do Brasil, já apontava como alguns militantes se digladiavam entre a proposta de construir uma imagem respeitável do homossexual perante à sociedade ou a de questionar padrões e valorizar as chamadas “bichas loucas” (MACRAE, 1982).

Para pensar

Até aqui podemos perceber que as categorias e conceitos possuem uma história e estão relacionados com os movimentos sociais e ao próprio modo como cada perspectiva pensa o campo das identidades sexuais e de gênero. Isso ficará ainda mais nítido a seguir.

Por enquanto, poderíamos formular as seguintes perguntas para pensar sobre o que foi exposto acima: por que historicamente gênero e sexualidade foram trabalhados de forma separada tanto pelos movimentos sociais quanto por muitas organizações do movimento social? Para que as mulheres e/ou pessoas LGBT sejam respeitadas e tenham direitos elas precisam aderir ao que a sociedade historicamente definiu como normalidade?

1.5 O que é a teoria da performatividade de gênero?

A partir da sua obra *Problemas de gênero*, Judith Butler fez uma série de reflexões sobre o sistema sexo-gênero e criou o que ficou conhecida como teoria da performatividade de gênero. Uma das reflexões diz respeito a separação estanque entre sexo (natural) e gênero (cultural). No entanto, diversas outras feministas, antes de Butler, já tinham problematizado o sistema sexo-gênero. Uma das mais conhecidas foi Gayle Rubin. Ela chamava atenção de que pensar o sexo e a sexualidade como uma continuidade do gênero é algo típico de um pensamento heterossexual. Para Rubin, são as homossexualidades que irão tornar essa visão mais complexa, ou melhor, irão provocar um curto circuito nesse sistema, um estranhamento.

Butler, por exemplo, retomou a clássica frase de Simone de Beauvoir (“não se nasce mulher, torna-se mulher”) para dizer que se, por um lado, a feminista francesa contribuiu para desnaturalizar o que hoje chamamos de gênero, por outro lado nos deu a entender que em algum momento o corpo da mulher esteve isento das normas de gênero. Em outras palavras: se alguém se torna mulher, em algum momento aquele corpo estava sem gênero, era uma página em branco, a cultura ainda não teria incidido sobre aquele ser.

Butler defende que essa é uma ideia errônea porque nós nunca estivemos livres das normas culturais (sejam elas de gênero ou não) sobre os nossos corpos. Pelo contrário, nós só passamos a existir enquanto sujeitos no momento em que ou outros determinam que somos homens ou mulheres. Hoje em dia, quando a gestante realiza a ultrassonografia e a profissional de saúde identifica o sexo do bebê, a partir daquele momento, sem nenhuma liberdade, o bebê passa a ter um gênero e todas as normas de gênero passam a incidir sobre aquele ser que sequer nasceu.

Esse tipo de reflexão abriu o caminho para Butler questionar a divisão estanque entre sexo e gênero. Ou seja, o sexo, uma vez identificado, será sempre generificado e o gênero, pelas normas da nossa sociedade, é desde sempre sexualizado. A sociedade determina o gênero das pessoas pelo sexo. No entanto, questiona Butler, ninguém nos garante que aquela mulher seja, necessariamente, alguém que possui um sexo lido como feminino. Através do pensamento de Butler, podemos concluir que pensar o gênero como algo determinado pelo sexo é uma operação que exclui, de forma violenta, uma série de outras identidades de gênero, em especial as travestis, transexuais e outras identidades trans.

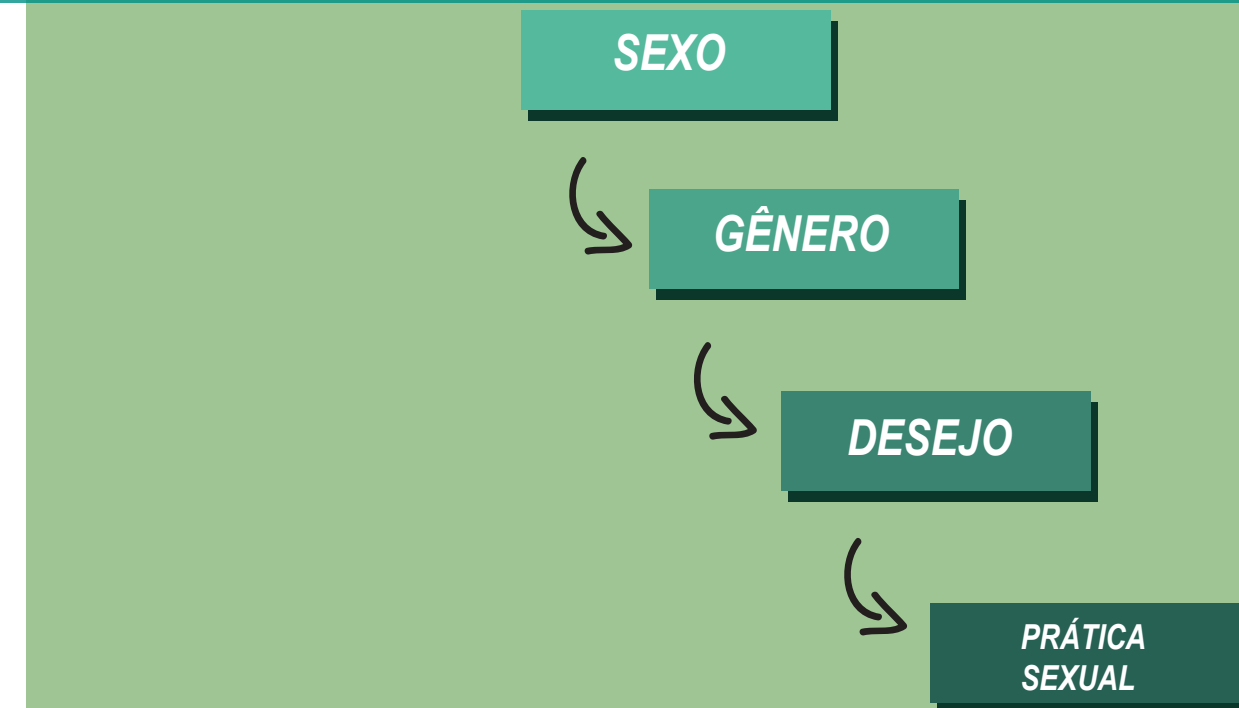


Figura 8: Sistema sexo-gênero. Ilustração: Carlos Reis

Mas Butler não para por aí. Além de problematizar o sistema sexo-gênero, ela também faz interessantes reflexões sobre desejo e prática sexual. Na verdade, ela reflete sobre como a sociedade exige que todas as pessoas sigam uma linha reta e “coerente” entre sexo-gênero-desejo e prática sexual. Se eu tenho um determinado sexo, preciso ter determinado gênero e, além disso, desejar um sexo/gênero oposto ao meu e praticar sexo com ele/ela. No entanto, questiona Butler, muitas pessoas não desejam o sexo/gênero oposto ao seu. Outras desejam mas não praticam esse desejo. Outras praticam e não desejam. Ou seja, a sociedade impõe o que considera uma linha coerente entre essas dimensões, mas na prática muitas pessoas não seguem essa linha. São essas pessoas as que mais sofrem com os preconceitos causados pela falta de respeito à diversidade sexual e de gênero.

Para Butler, ao exigir que todas as pessoas sigam essa linha, a sociedade está trabalhando para manutenção da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade. Outras autoras, como Monique Wittig e Adriane Rich, antes de Butler, já tinham refletido sobre como a heterossexualidade não é uma entre várias possíveis identidades ou orientações sexuais que uma pessoa pode ter e escolher, ela é a única que ela deve ter. Butler se abastece dessas reflexões e as incrementa, produzindo uma série de outros questionamentos em diálogo com os estudos das subjetividades, em especial da psicanálise e suas reflexões sobre o desejo.

Em determinado, Butler pergunta mais ou menos assim: a sociedade tenta controlar os nossos desejos, mas isso é bastante difícil. Ela, a sociedade, obtém muito mais sucesso no controle do sexo, do gênero e das práticas

sexuais, pois o desejo escapa mais, ele pode residir apenas nos pensamentos e fantasias das pessoas e nunca ser efetivamente praticado. Se isso é verdade, quem nos garante que a prática sexual tida como heterossexual seja mesmo, no plano do desejo, heterossexual? Esse tipo de questionamento serve para borrar a tal coerência entre desejo e prática sexual e demonstrar que não são apenas as pessoas que se identificam como LGBT que fissuram essa linha.

Depois de fazer uma rigorosa reflexão teórica sobre vários estudos feministas, da psicanálise, da antropologia e da filosofia, Butler chega ao capítulo final de *Problemas de gênero* para defender a tese de que o gênero é performativo. Mas o que afinal ela quer dizer com isso? De John Austin, Butler usa a conhecida tese dos atos performativos. O linguista defendeu que as palavras não apenas descrevem algo, mas que elas também têm o poder de criar aquilo que enunciam. Por exemplo: quando um juiz ou sacerdote diz “eu vos declaro marido e mulher”, a partir daquele momento essas pessoas envolvidas passam, efetivamente, a ser aquilo que o enunciado determinou.

A mesma associação Butler fez para a frase “é menino ou é menina” proferida, atualmente, antes mesmo do parto, no momento da ultrassonografia realizada nas gestantes. A partir desse momento, aquele pequeno feto já passa a ter um gênero e sobre ele incidem as normas de gênero construídas e impostas pela sociedade. Antes de chegar nesse momento, Butler já havia esmiuçado o mecanismo de funcionamento da heterossexualidade compulsória e da heteronormatividade, revelando como ambas se sustentam através da exigência da linha coerente entre sexo-gênero-desejo e prática sexual.

Assim, Butler defende que, além de obrigar que todos sejamos heterossexuais (heterossexualidade compulsória) ou que, mesmo que não sejamos heterossexuais, pelo menos estejamos enquadrados dentro das normas tidas como heterossexuais (heteronormatividade), a sociedade também nos obriga a ter um gênero tido como compatível com a materialidade dos nossos corpos.

Butler argumenta que essas exigências, realizadas através de discursos, atos, gestos e atuações, são performativas, ou seja, criam os sujeitos que enunciam. Para que essas ações tenham êxito é necessário que elas sejam constantemente repetidas e vigiadas. De um modo mais simples, poderíamos dizer que nós, na medida em que crescemos e desenvolvemos as nossas identidades, repetimos formas identitárias que já existiam antes

de nascermos e essas formas é que irão nos constituir enquanto sujeitos. O que nós fazemos, via de regra, e entrar na roda das repetições das normas de gênero e sexualidade.

Mas, com a influência das reflexões de poder de Michel Foucault (onde existe poder, existe resistência/contrapoder), e dos trabalhos de Eve Kosofsky Sedgwick, Butler destaca que nem todas as pessoas se sujeitam as essas normas e que esses mesmos “gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na sociedade contemporânea”. E continua: “de fato habitualmente punimos os que não desempenham corretamente o seu gênero. Os vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos não haveria gênero algum” (BUTLER, 2003, p. 199).

No final de *Problemas de gênero*, Butler analisa a performances artísticas de drags queen, pois enxerga nelas pelo menos três dimensões que são distintas entre si: sexo anatômico, identidade de gênero e performance de gênero. Essas performances (e notem que aqui a performance, no sentido artístico, para ela, não é sinônimo de performatividade) foram fundamentais para Butler ter a percepção da performatividade de gênero. “Ao imitar o gênero, a drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (BUTLER, 2003, p. 196).

Para gravar e pensar

De uma forma resumida, podemos dizer que a teoria da performatividade tenta entender como a repetição das normas, muitas vezes feita de forma ritualizada (casamentos, batismos, chá de fraldas etc), cria sujeitos que são o resultado dessas repetições. Assim, quem ousa se comportar fora destas normas que, quase sempre, encarnam determinados ideais de masculinidade e feminilidade ligados com uma união heterossexual, acaba sofrendo sérias consequências. Quais são elas? Falta de direitos, desrespeito, violências físicas e simbólicas e, no limite, atentados contra a própria vida.

Para pensar: o que fazemos com as crianças que não se comportam de acordo com o que a sociedade convencionou como coisas de meninos ou de meninas? Por que inclusive determinados brinquedos e até cores possuem gênero? A drag queen “se monta” (gíria para evidenciar o trabalho de maquiagem, vestuário chamativo etc) e nós não fazemos o mesmo, em outra escala, diariamente?



Figura 9: Identidade de gênero. Ilustração: Carlos Reis

1.6 O que é identidade de gênero? – cisgênero, transexual, travesti, pessoa não binária, gênero fluído, transgênero

Ao falarmos de diversidade de gênero evidenciamos que existem mais do que dois gêneros (homem e mulher, masculinidade e feminilidade). Como vimos, a sociedade, via de regra, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, e que essa seja pura e tida como normal e natural. Mas, apesar disso, muitas pessoas quebram esse binarismo de gênero. Ou seja, essa dicotomia não contempla uma série de pessoas, inclusive pessoas que se identificam como heterossexuais. Por exemplo, um homem heterossexual mais afeminado muito provavelmente irá sofrer algum tipo de preconceito porque ele não está sendo um “homem de verdade”. Para isso, ele precisa ser másculo ou até bruto ou violento. No entanto, muitas pessoas borram a dicotomia de gênero, mas algumas delas fazem isso com mais intensidade.

Quem está mais conformado dentro de um binarismo de gênero e que, ao mesmo tempo, se identifica com o gênero que foi designado em seu nascimento, tem sido chamado, nos últimos anos, de cisgênero ou cisgênera. O conceito, criado por ativistas e pesquisadoras trans, é usado para evidenciar que todas as pessoas possuem identidades de gênero. As reflexões também produziram o conceito de cisgeneridade ou cisnormatividade

(VERGUEIRO, 2015), que designa como as normas exigem que todas as pessoas sejam cisgêneras em nossa sociedade.

Beatriz Pagliarini Bagagli conceitua cisgênero da seguinte forma: “[...] uma explicação simples é que se você se identifica como o gênero que lhe foi designado em seu nascimento, você é cis”. (BAGAGLI, 2014) Hailey Kaas, outra importante ativista transfeminista brasileira, diz:

O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada ‘homem’ ou ‘mulher’, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal. (KAAS, 2012).

Jaqueline Gomes de Jesus diz que “[...] cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam como o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero [...]”. (JESUS, 2014) No texto *O cisgênero existe*, publicado no site Transliteração, é possível encontrar definições parecidas: “(...) cisgênero literalmente significa: estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo. Simplificando, significa que a identidade e apresentação de alguém é compatível com sua morfologia física” (DUMARESQ, 2014).

Viviane Vergueiro (apud DUMARESQ, 2014) define cisgeneridade

(...) como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque essa posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades trans, por exemplo.

Muitas pessoas transgridem de uma forma mais intensa as normas de gênero, a exemplo das travestis, transexuais, transgêneras, pessoas não binárias, com gênero fluido etc. Existem uma série de expressões, constantemente criadas e recriadas, com as quais as pessoas preferem ser identificadas em relação aos seus gêneros. No Brasil, em geral, quando se fala em travestis imediatamente as pessoas pensam em pessoas que “nasceram homens e se vestem de mulher” e fazem algumas intervenções no corpo, como uso de silicone (em especial nos seios e nas nádegas). Mas qualificar as travestis como “homens que se vestem de mulher” é algo transfóbico porque desrespeita essas pessoas em sua identidade. As travestis são pessoas que tiveram um corpo lido como masculino e que se identificaram fortemente com o universo feminino e, por isso, realizam variadas mudanças corporais e comportamentais. A identidade dessas pessoas é feminina e o indicado é que todos/as respeitem essa identidade e, por isso, o correto é dizer “as” travestis, e não “os” travestis. Além disso, é preciso dizer que a palavra travesti, em outros contextos e países, pode ter outros significados. Mas repetimos que considerar como travesti uma pessoa que nasceu homem e se veste de mulher é algo, no fundo, transfóbico, pois estamos tratando de uma identidade com a qual determinadas pessoas se identificam. E essa identidade, como vimos anteriormente, possui uma longa história e luta política.

Todas as distinções que quisermos fazer entre travestis, transexuais e pessoas trans em geral são muito precárias e arriscadas porque existe uma variedade de modos de ser entre essas pessoas. Em relação às travestis, por exemplo, também existe uma grande diferença entre a chamada “nova

geração”, composta por jovens que “se montam” às vezes e não fazem uso do silicone. Muitas dessas pessoas também se identificam como travestis, para espanto de algumas travestis mais velhas, que muitas vezes chamam as mais jovens de “as gays”, que não seriam “travestis de verdade”. Um ótimo estudo sobre o tema foi feito pelo pesquisador Tiago Duque (2011), publicado no livro *Montagens e desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*.

Já as pessoas que se identificam como transexuais, diferente das travestis, em geral são caracterizadas pela sociedade como aquelas que desejam fazer a chamada “cirurgia de mudança de sexo”. No entanto, essa explicação está errada porque vários estudos acadêmicos realizados no Brasil, a exemplo dos produzidos por Berenice Bento (2006) (leia, por exemplo, o livro *A reinvenção do corpo*), apontam que existem muitas pessoas que reivindicam a identidade transexual, mas que não desejam fazer a completa intervenção cirúrgica de “mudança de sexo”. Muitas vezes, essas pessoas se contentam em realizar parte do processo transexualizador, a exemplo de implantar ou retirar os seios, tomar hormônios para que cresçam ou desapareçam pelos no corpo etc.

Aí algumas pessoas perguntam: mas então muitas transexuais na verdade são travestis? Não. Por que não? Porque nós estamos falando de identidades e cada identidade é composta por um grande leque de características que nunca deixam de ser criadas e recriadas. Não podemos criar categorias tão rígidas do que é ser, por exemplo, uma ou um “transexual de verdade”, como faz boa parte do discurso médico em relação ao tema. Por isso, sempre que estamos falando de identidades, o fundamental é respeitar o modo como as pessoas desejam ser identificadas. Ou seja, as pessoas que se identificam como transexuais possuem diferenças em relação às travestis. E essas diferenças não podem ser reduzidas a ter ou querer ter determinado órgão sexual. Existem modos de ser travesti e modos de ser transexual que irão fazer com que as pessoas se identifiquem ou não com essas identidades.

No Brasil, até bem pouco tempo, praticamente só conhecíamos as transexuais, mas nos últimos dois anos cresceu a visibilidade dos homens transexuais, que inclusive fundaram uma associação nacional própria, como vimos no início deste módulo. Quem quiser conhecer a história daquele que é considerado o primeiro transexual que passou por cirurgias no Brasil, pode ler o livro de João W. Nery, intitulado *Viagem solitária*.

Um dos grandes problemas é que a transexualidade ainda não foi retirada completamente do Código Internacional de Doenças (CID). A OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou a transexualidade da lista de

doenças mentais na nova versão da Classificação Internacional de Doenças, a CID-11, divulgada no dia 18 de junho de 2018. A transexualidade, porém, continua no CID, como “incongruência de gênero”, dentro da categoria de condições relativas à saúde sexual. Ou seja, para que uma pessoa tenha acesso ao Sistema Único de Saúde e tenha o direito de realizar o chamado processo transexualizador, ela precisa passar por um longo acompanhamento médico e ser considerada uma pessoa portadora de uma “incongruência de gênero”.

Definir o que são pessoas transgêneras também é um desafio. Algumas pessoas pesquisadoras e ativistas usam o termo como um guarda-chuva para se referir a todas as pessoas que, de alguma forma, transitam entre os gêneros mais conhecidos (ou seja, o masculino e o feminino). Indianare Sophia, importante ativista no Rio de Janeiro, utiliza o conceito de “transvestigênera”. As pessoas transgêneras, que também podem se identificar como não-binárias, gênero fluido ou outras expressões, lidam de outra forma com a ideia de transitar entre os gêneros. Em determinados dias, elas podem estar a fim de sair de casa com alguns elementos marcados como do universo feminino (algumas peças de roupa, maquiagem, joias, adereços etc.) e em outros dias estão mais identificadas com o que é considerado como universo masculino e assim se vestem e comportam. Isso não tem nada a ver com performances artísticas, estamos falando da vida cotidiana.

Além disso, pessoas transgêneras não aspiram o gênero que é tido pela sociedade como oposto ao seu, desejo que é bastante comum nas (mas não em todas) travestis e transexuais. Elas (as transgêneras) não se identificam nem como homens e nem como mulheres porque não se identificam com o que a sociedade construiu como dicotômicas identidades masculinas e femininas. Essas pessoas se sentem bem no trânsito e, com isso, estão sempre construindo novas combinações de gênero. Todos nós cotidianamente construímos o nosso gênero, nos “montamos”, para usar uma expressão usual do universo drag. A diferença é que as pessoas transgêneras fazem isso de forma mais explícita e, algumas vezes, até como uma política do cotidiano.

Outro problema é que muitas pessoas consideram todas as pessoas trans como homossexuais. Esse é outro dos grandes equívocos cometidos nessa área. As identidades trans, e acima refletimos apenas sobre algumas delas (em outras culturas existem outras expressões, como dois espíritos, na América do Norte, ou muxes, no México), se constituem em identidades de gênero. Pessoas trans podem se identificar como homossexuais, mas também podem se identificar como heterossexuais, bissexuais, pansexuais, assexuais etc. Sobre essas e outras orientações sexuais trataremos na próxima unidade deste módulo.

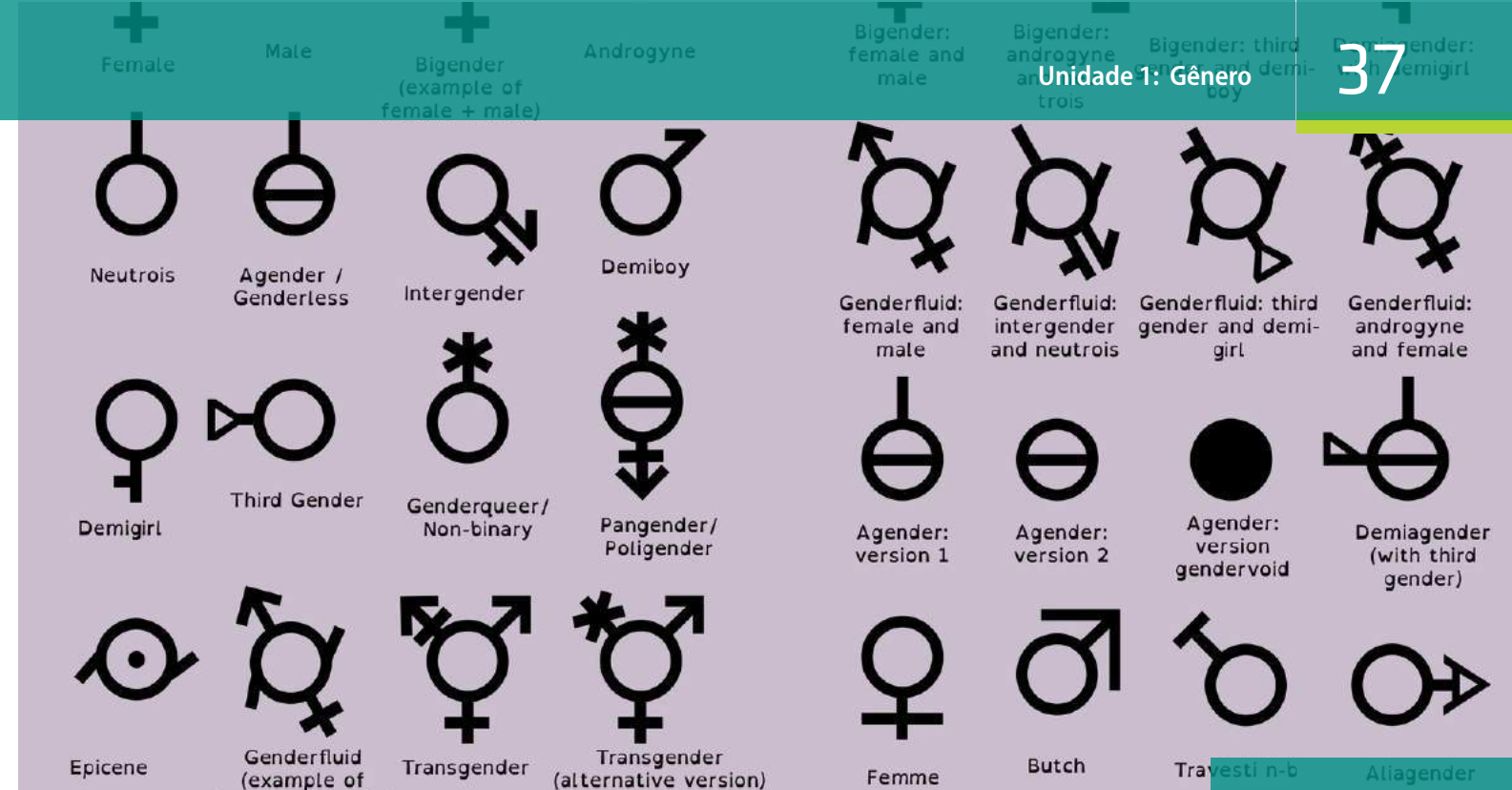


Figura 10: Símbolos de gênero. Por Caaloba

Síntese da unidade

Gênero é uma categoria de análise e as identidades de gênero podem ser variadas e misturadas. Pensar que só existem duas identidades de gênero é uma operação que exclui outras formas com as quais muitas pessoas se identificam na atualidade. Todas as pessoas possuem um gênero ou uma mistura entre os dois gêneros mais conhecidos. Assim como as nossas identidades culturais outras, nós também não construímos de forma autônoma a nossa identidade de gênero. Aliás, temos muito pouca autonomia para definir qual será a nossa identidade de gênero porque ela já foi determinada antes mesmo antes do nosso nascimento.

Atividade!

Assista os documentários Homens trans, de Alexandre Mattos (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=p7dbHcMg3fo>) e Atrás dos Olhos (disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tqrNunx-hVA>) e relacione com as reflexões realizadas até aqui.

Dicas de leituras

Para saber mais sobre a história do movimento feminista:

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Para saber mais sobre a história do movimento LGBT no Brasil:

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: o movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009

Para saber sobre movimentos LGBT e queer de outros países:

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal – tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015 – Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/21766>

Para saber mais sobre os estudos queer

COLLING, Leandro e THÜRLER, Djalma (org.). *Estudos e políticas do CUS. Grupo de Pesquisa Cultura e Sexualidade*. Salvador: EDUFBA, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/13177>

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SALIH, Sara. *Judith Butler e a teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Para saber mais sobre questões trans

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades – a emergência de novas identidades políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BENTO, Berenice. *Transviad@s – gênero, sexualidade e direitos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Salvador: Devires, 2017.

BORBA, Rodrigo. *O des-aprendizado de si: transexualidades, interação e cuidado em saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2016.

DUQUE, Tiago. *Gêneros incríveis – um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2017.

FERREIRA, Guilherme Gomes. *Vidas lixadas: crime e castigo nas narrativas de travestis e transexuais brasileiras*. Salvador: Editora Devires, 2018.

LANZ, Leticia. *O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a conformidade e a transgressão das normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros*. Curitiba: Transgente, 2015.

PERES, Wiliam Siqueira. *Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania*. Curitiba: Juruá, 2015



Figura 11: Imagem de Rawpixel

Unidade 2 – Sexualidade



Já vimos que a separação entre gênero e sexualidade só faz sentido para explicar, de modo didático, essas duas dimensões de nossas identidades. Nas nossas vidas concretas, nossos gêneros são sexualizados e nossos sexos são generificados. Mas isso não quer dizer, ao mesmo tempo, que gênero e sexo ou sexualidade são sinônimos, que é tudo a mesma coisa. A sexualidade diz mais respeito às práticas sexuais das pessoas e a como essas pessoas se identificam em relação a essas suas práticas sexuais. Vamos, a partir de agora, então refletir um pouco mais sobre esses aspectos.

2.1. O que é homofobia?

Homofobia é um conceito criado para pensar a repulsa geral às pessoas homossexuais, ou fobia aos homossexuais. Segundo Daniel Borrillo (2001, p.21), o termo parece pertencer a K. T. Smith, quem, em um artigo publicado em 1971, tentou analisar as características de uma personalidade homofóbica. Um ano depois, G. Weinberg definiu a homofobia como “o temor de estar com um homossexual em um espaço fechado e, no que concerne aos homossexuais, o ódio até a si mesmos”. Byrne Fone (2008, p. 20) suspeita que o termo tenha sido cunhado na década de 1960 e também informa que um dos primeiros textos sobre o assunto foi o de Smith e que, em 1972, George Weinberg publicou o livro *Society and the healthy homosexual*, no qual definiu a homofobia como “o temor de estar perto de homossexuais”.

Em geral, usamos o conceito de homofobia para descrever qualquer atitude e/ou comportamento de repulsa, medo ou preconceito contra os homossexuais. A homofobia não se restringe apenas às violências físicas.

Figura 12: Identidade. Ilustração Carlos Reis

Existe também a violência verbal, via insultos e xingamentos; a violência psicológica, como as atitudes que causam danos emocionais e à autoestima, tais como constrangimentos, humilhações, insultos; a violência simbólica, que se baseia na produção de representações de normalidade e anormalidade e faz com que os sujeitos se reconheçam nessas representações, isto é, se vejam a partir das construções do discurso do Outro.

Borrillo diferencia vários tipos de homofobia (irracional, cognitiva, geral e específica) e depois sintetiza:

A homofobia pode ser definida como a hostilidade geral, psicológica e social, a respeito daqueles e daquelas de quem se supõe que desejam indivíduos de seu próprio sexo o tenham práticas sexuais com eles. Forma específica de sexismo, a homofobia rechaça também a todos os que não se conformam com o papel pre-determinado para seu sexo biológico. Construção ideológica consistente na promoção de uma forma de sexualidade (hétero) entre detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e extrai dela consequências políticas (BORRILLO, 2001, p. 36).

Ou seja, a homofobia, nesse sentido, não seria apenas um problema para os homossexuais, mas também poderia atingir os heterossexuais que, porventura, pareçam, aos olhos homofóbicos, como homossexuais.

O conceito de homofobia é controverso e, ainda que muitas pessoas defendam o seu uso, em função dele já ter sido incorporado por boa parte da sociedade, ou que o ampliem para além de aspectos de ordem psicológica, como faz Junqueira (2007), a ideia de fobia está, queiramos ou não, dentro do campo das patologias. Enquanto isso, sabemos que aprendemos no dia-a-dia quem deve ser respeitado e quem pode ser injuriado, portanto, não estamos falando de uma patologia em sentido estrito/inato, mas de um problema social/cultural e, se for o caso, de uma patologia produzida pelas normas hegemônicas em torno das sexualidades e dos gêneros.

Outro problema tem a ver como o prefixo homo é decodificado no Brasil. Os criadores do conceito de homofobia agruparam dois radicais gregos para formar a palavra: homo (semelhante) e fobia (medo). No entanto, para nós, homo significa homossexual e, por isso, o conceito de homofobia fica reduzido a uma identidade, via de regra aos homossexuais masculinos, e invisibiliza a multiplicidade de outros sujeitos e suas identidades. Isso fez surgir novos conceitos, tais como lesbofobia, bifobia, travestifobia, transfobia.

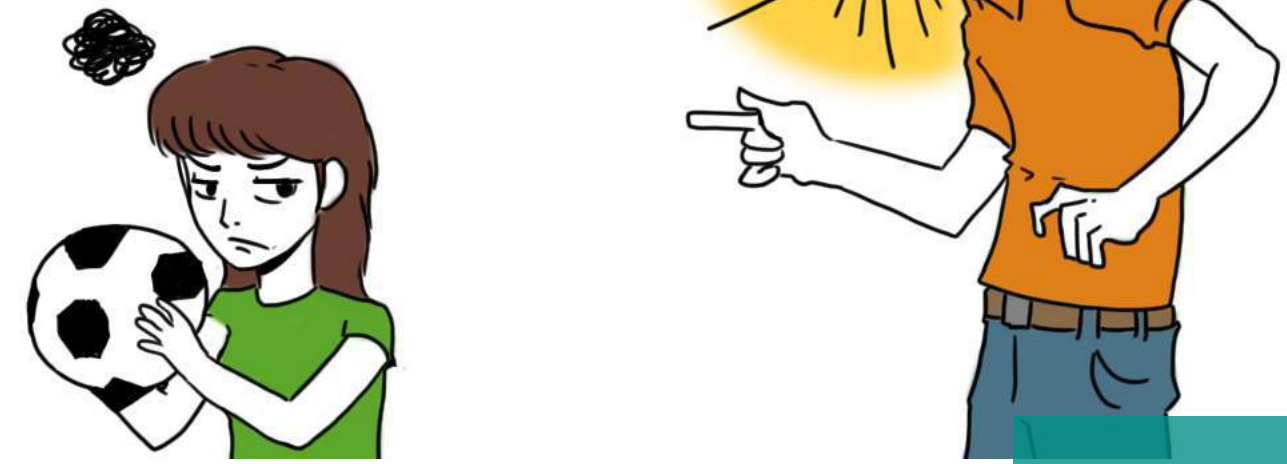


Figura 13: Heterossexualidade compulsória. Ilustração: Carlos Reis

2.2 O que heterossexualidade compulsória e é heteronormatividade?

Uma pessoa é heterossexual quando pratica sexo com uma pessoa do sexo/gênero oposto ao seu e se identifica socialmente enquanto heterossexual. No entanto, algumas pessoas praticam sexo com pessoas do sexo/gênero igual ao seu e continuam se identificando como heterossexuais. Gilmaro Nogueira, por exemplo, em uma pesquisa de mestrado, analisou homens que praticam sexo com outros homens e que se identificam como “heterossexuais passivos” e “heterossexuais versáteis” (2017).

São homens que se identificam com a heterossexualidade (evidente), mantêm relações afetivo-sexuais com mulheres (essas relações podem ser através de vínculos matrimoniais ou casuais, com ou sem vínculo afetivo), rejeitam qualquer traço de feminilidade em si ou nos parceiros, sentem prazer ao penetrar mulheres mas, nas relações com homens, querem ser penetrados. Os heterossexuais passivos não penetram homens, são sempre penetrados. Os que mantêm relações sexuais penetrando e sendo penetrados por outros homens se denominam de heterossexuais versáteis, que é uma categoria bem mais comum. (NOGUEIRA, 2017, p. 31)

Nogueira explica que alguns estudos mais antigos, realizados por antropólogos, a exemplo de Peter Fry (1982), já apontavam algo similar ao destacarem que, para muitos homens brasileiros, o ato de um homem penetrar um outro homem não necessariamente coloca a heterossexualidade

do primeiro em questão. “O macho era o que penetrava outros homens e as bichas eram penetradas. O homem que penetrava não perdia o status de macho, inclusive em algumas situações tal fato era uma prova de sua virilidade” (NOGUEIRA, 2017, p. 30).

As outras orientações mais conhecidas são a homossexualidade e a bissexualidade, que veremos logo em seguida. Como já anunciamos acima, os estudos queer não entendem a heterossexualidade apenas como mais uma entre as várias orientações sexuais que dispomos em nossas vidas. Pelo fato de a sociedade exigir, na base de muita violência, que todos sejamos heterossexuais, os estudos queer argumentam que a heterossexualidade é compulsória, ela é obrigatória sobre todas as pessoas, exceto em pouquíssimos casos.

Ao evidenciar que a heterossexualidade é obrigatória/compulsória, os estudos queer desnaturalizam a heterossexualidade. Ou seja, ela deixa de ser vista como algo natural ou normal, no sentido de que é um curso normal para a vida de qualquer pessoa.

Quando dizemos que a sexualidade de alguém não é natural ou “normal” não queremos dizer, com isso, que as pessoas são doentes. Apenas queremos dizer que a sexualidade de cada pessoa não é intrínseca ou o resultado de ações exclusivas de cada um de nós. Ou melhor, que as nossas sexualidades sofrem fortes influências do meio em que vivemos. Por isso, provocamos ao dizer que, na verdade, todas as sexualidades são, de alguma forma, “anormais”. O objetivo da provocação é o de retirar o carimbo de “anormalidade” apenas de determinadas expressões da sexualidade.

O conceito de heterossexualidade compulsória começou a aparecer por volta de 1980. Neste ano, dois textos importantes foram publicados sobre o tema. Um deles é da feminista Adrienne Rich (2010), em uma análise sobre a experiência lésbica. Para Rich, essa experiência é percebida através de uma escala que vai do desviante ao odioso ou até mesmo invisível. Além dessa percepção, as mulheres são convencidas de que o casamento e a orientação sexual, voltadas para os homens, são inevitáveis. As mulheres são doutrinadas pela ideologia do romance heterossexual através de contos de fadas, da televisão, do cinema, etc, isto é, todos esses mecanismos fazem propagandas coercitivas da heterossexualidade e do casamento como padrão.

Através desses mecanismos, as mulheres seriam aprisionadas psicologicamente à heterossexualidade e tentariam ajustar a mente e o espírito a um modo prescrito de sexualidade. Embora Rich faça uma análise da experiência lésbica, essa doutrina também ocorre com os homens, mesmo que de modo diferente.

Também pensando a heterossexualidade em relação às lésbicas (mas não usando as palavras heterossexualidade compulsória), Monique Wittig publica, em 1980, o texto *O pensamento heterossexual*, no qual argumenta que a heterossexualidade é um regime político que obriga as mulheres a reproduzir para sustentar a sociedade heterossexual. Pelo fato das lésbicas não se submeterem a esse regime, Wittig (2006, p. 57) conclui: “as lésbicas não são mulheres”. Para ela, a heterossexualidade não é uma orientação sexual, mas um regime político que se baseia na submissão e na apropriação das mulheres. O feminismo, ao não questionar esse regime, diz Wittig, ajudar a consolidá-lo.

A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como única forma considerada normal de vivência da sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade versus homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória. Isso ocorre, por exemplo, quando buscamos as causas da homossexualidade, um fetiche vigente ainda hoje inclusive entre militantes e pesquisadores que se dizem pró-LGBT. Ao tentar identificar o que torna uma pessoa homossexual, colocamos a heterossexualidade como padrão, como um princípio na vida humana, do qual, por algum motivo, alguns se desviam.

Mesmo que não consideremos que a homossexualidade seja anormal ou patológica, cada vez que tentamos achar um momento ou ocasião que a origina, nós naturalizamos a heterossexualidade e ocultamos um dos mecanismos de produção da anormalidade, isto é, a naturalização da sexualidade. Para não incorrer nesse erro conceitual e político, teríamos que substituir a questão de uma causa da sexualidade para problematizar que mecanismos tornam alguns sujeitos aceitáveis, normalizados, coerentes, inteligíveis (BUTLER, 2003) e outros desajustados, abjetos. Sairíamos de uma busca pela causa para uma problematização dos mecanismos de produção das abjeções.

Confrontadas com essas evidências, algumas pessoas recorrerem à reprodução da espécie e aos hormônios para explicar a atração e diferenças entre pessoas de sexos diferentes. Os mais afoitos dizem que se todos

fossem homossexuais a vida humana na terra estaria ameaçada. Tudo isso revela o poder do discurso naturalizante e reprodutivo sobre as nossas sexualidades. No entanto, na maioria das vezes, as pessoas praticam sexo por prazer e não para procriar. Além disso, faz muito tempo que os homens perderam a capacidade de identificar quando uma mulher está em sua época reprodutiva. Ao ingressar em uma nova etapa do processo histórico da humanidade, que Freud (2010), por exemplo, chamou de “civilização” ou de “cultura”, os homens e mulheres domaram os seus instintos e, no mínimo, os transformaram em “pulsões”.

O conceito de pulsão é complexo, é “aquilo que está entre o mental e o somático” (BIRMAN, 2009) e aqui pode ser traduzido entre aquilo que diz o corpo (biologia/instinto “natural”) e a mente. Ou seja, a nossa sexualidade não pode mais ser explicada como um dado exclusivo de nossos instintos, hormônios etc desde, pelo menos, Freud, lá pelos idos de 1900. É evidente que temos cargas hormonais diferentes entre homens e mulheres, mas não são elas que acionam sozinhas os nossos prazeres e não são apenas elas que comandam o nosso processo de identificação em relação às orientações sexuais e identidades de gênero.

Em uma sociedade como a nossa, midiática e dominada pela produção de corpos em academias e pela ingestão de uma série de produtos químicos (PRECIADO, 2008), as identificações e os prazeres são acionados por um sem número de outras coisas, a exemplo de imagens, padrões corporais, experiências anteriores, associações que fazemos de forma consciente ou não. Isso não quer dizer que a ação de apenas uma pessoa seja determinante para a sexualidade de alguém. Os processos de identificação, todos eles, desde porque gostamos de determinada cor e não outra, sofrem milhares de influências externas que são decodificadas de formas igualmente diversas pelos sujeitos. Isso também explica porque, mesmo sendo educados para sermos heterossexuais, muitas pessoas não decodificam a mensagem como deseja a maioria e orientam o seu desejo para outras direções.

Com a retirada da homossexualidade da categoria de crime e a sua posterior despatologização, a partir de 1973, a heterossexualidade compulsória perde um pouco de força em alguns países. Isto porque a patologização sustentava a heterossexualidade como única forma sadia de vivenciar a sexualidade. A partir de então, heterossexualidade e homossexualidade são consideradas formas possíveis de vivência da sexualidade, ao menos

em tese, em muitos lugares do planeta (mas não em todos). Mesmo que a “ciência” tenha retirado a homossexualidade (e mantido a transexualidade) na lista das doenças, no senso comum as pessoas ainda acreditam que ser normal e sadio é ser hétero. Além disso, algumas concepções “científicas” partem ainda da heterossexualidade como natureza humana e se apoiam no dualismo hétero versus homo.

Já o conceito de heteronormatividade, segundo Miskolci (2012), foi criado em 1991, por Michael Warner, que busca dar conta de uma nova ordem social. Isto é, se antes essa ordem exigia que todos fossem heterossexuais, hoje a ordem sexual exige que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade.

Enquanto na heterossexualidade compulsória todas as pessoas devem ser heterossexuais para serem consideradas normais, na heteronormatividade todas devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não. Se na heterossexualidade compulsória todas as pessoas que não são heterossexuais são consideradas doentes e precisam ser explicadas, estudadas e tratadas, na heteronormatividade elas tornam-se coerentes desde que se identifiquem com a heterossexualidade como modelo, isto é, mantenham a linearidade entre sexo e gênero (BUTLER, 2003): as pessoas com genitália masculina devem se comportar como machos, másculos, e as com genitália feminina devem ser femininas, delicadas. Nesse sentido, um homem até pode ser homossexual, inclusive fora do armário, mas não pode se identificar com o universo feminino, nem uma mulher lésbica pode se identificar com o masculino.

Enquanto a heterossexualidade compulsória se sustenta na crença de que a heterossexualidade é um padrão da natureza, a heteronormatividade advoga que ter um pênis significa ser obrigatoriamente másculo, isto é, o gênero faz parte ou depende da “natureza”; existe uma relação mimética do gênero com a materialidade do corpo. Em ambas a naturalidade aparece como sustentáculo. Na perspectiva da heteronormatividade, é preciso que a erotização (não heterossexual) seja invisibilizada, isto é, dois homens podem aparecer como parceiros, mas esse vínculo não pode ser erotizado/sexualizado, ou, como dizem as pessoas: “o sexo é dentro de quatro paredes, pode fazer o que quiser na cama, mas na rua se comporte como homem”, o que obviamente não vale para os casais heterossexuais que têm

o privilégio de exibirem suas afetividades em público, nas novelas, filmes e propagandas sem serem punidos por isso. Para organizar a sua vida conforme a heteronormatividade, os homossexuais devem fazer tudo o que um heterossexual faz. Assim, o ritual do casamento e a adoção de crianças se transformam em um simulacro da sexualidade reprodutiva.

Miskolci (2012) sintetiza:

Heterossexismo é a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. (...) A heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. (...) A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero (MISKOLCI, 2012, p. 43-44).



Figura 14: imagem de Rawpixel

2.3. O que é homossexual, bicha, gay, lésbica, sapatão, bissexual, pansexual, assexual?

A pessoa homossexual é aquela que pratica sexo com uma pessoa do mesmo sexo/gênero e se identifica socialmente como homossexual. Mas essas pessoas podem se identificar de variadas formas, para além do uso da palavra/categoria homossexual. Os homens homossexuais, na maioria das vezes, se identificam como gays e as mulheres como lésbicas. Como vimos ao longo do módulo, as palavras estão carregadas de sentido e aqui elas possuem uma longa história e expressam uma identidade cultural no mundo, um modo como determinadas pessoas preferem se identificar. Algumas dessas palavras podem ser usadas como ofensa ou podem soar como ofensivas.

No entanto, em alguns contextos, determinadas pessoas têm usado algumas formas ofensivas para ressignificar essas palavras. Por isso, por exemplo, algumas pessoas preferem ser chamadas de bichas ao invés de gays. Embutido nessa escolha está um aspecto político, pois a identidade gay, a depender da situação e contexto, está vinculada a um tipo de vida, comportamento, modo de ser e estar no mundo que as bichas não desejam para si. De alguma forma, o mesmo ocorre com algumas mulheres que se auto identificam como sapatonas, outro insulto muito usado no Brasil. Mas é importante destacar que o uso do insulto com a proposta de ressignificar essas palavras deve partir das próprias pessoas que se aut nomeiam dessa forma. Isso porque quando um heterossexual usa essas palavras para identificar uma pessoa homossexual, é muito provável que o sentido do insulto permaneça no significado dessas expressões.

Já na bissexualidade, a pessoa pratica sexo tanto com pessoas do mesmo sexo/gênero ou do oposto e se identifica socialmente como bissexual, categoria muito confundida com a de pansexual, mas elas não são a mesma coisa. A palavra pansexual deriva do prefixo grego “pan”, que significa “tudo”. Pansexualidade é a atração sexual ou afetiva por uma pessoa independentemente de sua identidade de gênero ou sexo. Assim como nas demais identidades de gênero e orientações sexuais, o que vale, ou deveria valer, é a forma como as próprias pessoas se identificam e não qual a categoria que o outro vai utilizar para enquadrar o gênero e sexualidade da pessoa.

Assexual é uma das categorias emergentes nos últimos anos. Designa pessoas que não possuem interesse sexual pelas outras, que pode ou não vir acompanhada de um desinteresse afetivo/amoroso. Nos últimos anos,

com a maior divulgação dos estudos e perspectivas queer, algumas pessoas também transformaram o queer como uma identidade. Como vimos anteriormente, o queer é, a princípio, algo estranho, difícil de definir, que rejeita classificações. Apesar disso, ou talvez exatamente por isso, tenha contemplado uma série de pessoas que hoje já o incluem na sigla do movimento social de vários países.

2.4 – O que intersexo ou intersexualidade?

Definir o que é intersexualidade é algo complexo porque ela pode se apresentar de diversas formas nas pessoas e ser “descoberta” e/ou identificada em qualquer idade. No entanto, em muitos casos, a definição reside na ambiguidade da genitália e/ou gônada das pessoas intersexuais. Mas essa diferença e ambiguidade têm como referência o arbitrário padrão de normalidade binário socialmente instituído, a de que todas as pessoas se enquadrem em duas estreitas categorias: macho (com pênis) ou fêmea (com vagina).

Segundo Nádia Pino (2007, p. 154), dentro do espectro de possibilidade de apresentação de casos de intersexualidade, apesar de ocorrer com mais frequência casos de genitália ambígua ou indefinida, existem situações nas quais as pessoas “nascem com órgãos genitais identificáveis com um sexo, mas estes não são representativos daquilo que é considerado ideal – clitoris grandes e pênis pequenos são chamados de ‘femininos masculinizados’ ou ‘masculinos feminilizados’”.

Pino ressaltava outra situação: as pessoas que “nascem com todas as características hormonais, genéticas, do sexo, por exemplo, uma mulher com cromossomos XX, com útero, ovários, mas sem vagina. Ou nos casos em que as pessoas nascem com mosaicos genéticos como XXY.” (PINO, 2007, p. 154-155). A autora também destaca que a intersexualidade pode ser identificada na adolescência¹ ou permanecer “desapercebida até o momento em que a pessoa viva a situação na qual se exige a verificação dos órgãos reprodutivos internos, como nos diagnósticos de infertilidade” (PINO, 2007, p. 154-155).

Pino (2007) divide a história da intersexualidade em três períodos. A “Era das gônadas”, datada de meados do século XIX até os anos de 1950, caracterizou o então “hermafroditismo” a partir da presença das

¹ “[...] como no caso da síndrome de Klinefelter, na qual o problema não reside no diagnóstico de genitália ambígua, mas no desenvolvimento dos caracteres secundários de cada sexo” (PINO, 2007, p. 155).

gônadas masculinas e femininas em um mesmo corpo. Nesse período foram criadas nomenclaturas até hoje utilizadas por determinados profissionais da medicina ocidental, como “hermafroditismo verdadeiro” e “pseudo-hermafroditismo”.

No segundo período (da década de 1950 aos anos de 1980), ocorrem as primeiras cirurgias “des-construtoras” dos corpos intersex em busca da “construção” de um “sexo verdadeiro”. A “Era cirúrgica”, de acordo com Pino, tornou-se possível graças aos avanços tecnológicos na medicina, a exemplo da anestesia, fundamental para as intervenções cirúrgicas, mas, principalmente, a partir da emergência do paradigma da identidade de gênero defendida, entre outros, pelo psicólogo e sexólogo John Money.

Para Money, as pessoas não nasceriam com uma identidade de gênero definida, de modo que o seu sexo poderia ser “alterado” até o décimo oitavo mês de vida sem maiores prejuízos para a criança que, por não se lembrar de nada, seguiria “normalmente” a sua vida. Conforme apontaram Colling e Santos (2011), é interessante observar como tal pensamento provocou um giro de perspectiva ao deslocar o gênero de um lugar essencial e estável para torná-lo autônomo em relação aos hormônios, cromossomos e gônadas. No entanto, apesar da “ênfase nos aspectos sociais, a natureza e a binariedade do sexo não foram colocadas em xeque, pois os intersex eram considerados frutos de desenvolvimento anormal e necessitavam de tratamentos para se tornar homens e mulheres” (PINO, 2007, p.170).

Segundo Machado (2008), Money foi quem primeiro registrou o caso de um bebê submetido a uma cirurgia de “(re)construção genital”. David Reimer sofreu um grave ferimento no pênis durante um processo de circuncisão e passou por diversas intervenções cirúrgicas. Money aconselhou a família para que David se tornasse uma menina².

No entanto, o modelo centrado na cirurgia foi amplamente criticado, tendo como argumento principal o de que a medicina seria incapaz de fazer “genitais normais”, além de apontar uma frequente insatisfação das pessoas submetidas às cirurgias, como o próprio David que, aos 38 anos, após uma série de cirurgias que buscavam “normalizar” o seu sexo, cometeu suicídio. A partir dos anos 1980, além dos médicos, aqueles que tinham sofrido as cirurgias “normalizadoras” também passaram a contestar o procedimento. Neste período, são criadas associações e grupos de autoajuda para tornar a experiência intersex menos invisível. Passa-se então à chamada “Era do consenso”, na qual a decisão em relação à cirurgia e ao sexo a ser designado à criança passa pela decisão dos pais e de uma equipe multidisciplinar formada por cirurgiões, endocrinologistas, pediatras, psicólogos etc. (COLLING e SANTOS, 2011, p. 238)

² Sobre esse caso, sugerimos a leitura de um texto de Judith Butler (2006).

Síntese da unidade

Assim como verificamos na unidade anterior em relação às identidades de gênero, as orientações sexuais também podem ser variadas e misturadas. Além de existir mais do que duas identidades de gênero, também existem mais do que duas orientações sexuais. Se pensarmos que existem apenas uma ou duas orientações sexuais, excluimos, jogamos para a margem, um conjunto de pessoas que não se identificam dentro deste binarismo. Todas as pessoas possuem uma orientação sexual, que também não está imune das pressões sociais do meio em que vivemos. Essas pressões foram nomeadas pelos estudos através dos conceitos de heterossexualidade compulsória e heteronormatividade.

Ao chegarmos neste momento das reflexões fica mais nítido aquilo que anunciamos no início do módulo: sobre como gênero e sexualidade estão inter-relacionadas. Uma pessoa cisgênera, para ser considerada e respeitada como tal, para ser tida como um homem ou mulher “de verdade”, precisa também ser heterossexual. As pessoas homossexuais, no mesmo sentido, em função das suas práticas sexuais, não preenchem todos os requisitos do que se espera de um homem ou mulher “de verdade”. E se pensarmos nos gays afeminados ou nas lésbicas masculinizadas também perceberemos os cruzamentos entre identidades de gênero e sexualidade. Além disso, essas questões ficam ainda mais ricas e complexas quando pensamos as transexualidades ou travestilidades, que são identidades de gênero, com os modos como essas pessoas se identificam em relação às suas orientações sexuais. Aí as combinações se ampliam ainda mais e podemos ter, por exemplo, uma mulher transexual ou travesti que tem uma relação sexual e afetiva com outra mulher e que se identifica como lésbica. Ou um homem transexual que se relaciona com um outro homem cisgênero e homossexual e se identifica como gay. Não é incrível esse universo?

Atividade!

Assista o documentário *Bichas* e estabeleça relações com o que foi tratado no módulo. Reflita sobre como a categoria *bicha* intersecciona questões de gênero e sexualidade. O documentário pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=0cik7j-0cVU>.



Figura 15: imagem de Rawpixel

Dicas de leituras

COLLING, Leandro (org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2260/5/stonewal-40-cult9-RI.pdf>

COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. *Linguagens pajubeyras – re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade*. Salvador: Editora Devires, 2017.

MACHADO, Paula Sandrine. *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14947/000672652.pdf?sequence=1>

NOGUEIRA, Gilmaro. *Caças e pegações online: subversões e reiterações de gêneros e sexualidade*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

PASSAMANI, Guilherme Rodrigues. *O arco-íris (des)coberto*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2009.

POCAHY, Fernando. *Entre vapores e dublagens: dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. Salvador: Editora Devires, 2017.

Unidade 3 – Tensões e polêmicas atuais em gênero e sexualidade

A terceira e última unidade deste módulo pretende tratar de alguns tensionamentos e polêmicas que tem ocorrido no Brasil em torno da diversidade sexual e de gênero. Na medida em que a comunidade LGBT passou a se tornar mais visível, através das representações na mídia em geral e nos demais produtos culturais, e conquistou alguns poucos direitos, como o casamento civil igualitário e a retificação do nome dos documentos para pessoas trans, alcançados, no Brasil, através de ações no Supremo Tribunal Federal, diversos setores conservadores passaram a eleger as pessoas LGBT como inimigas. O objetivo a seguir é o de entender um pouco desses processos para pensarmos em políticas de resistência e de enfrentamento para plena cidadania de todas as pessoas.

3.1. O que é ideologia de gênero?

Um dos tensionamentos mais recentes entre setores conservadores e pessoas feministas e LGBT tem a ver com o que passou a ser chamado de “ideologia de gênero”. Mas o que é isso? De onde vem essa ideia? Segundo Rogério Junqueira, a categoria “ideologia de gênero” foi criada pelos católicos e remonta os papados de João Paulo II (Karol Wojtyla) e Bento 16 (Joseph Ratzinger):

“Ideologia de gênero” é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000. Trata-se de um sintagma urdido no âmbito da formulação de uma retórica reacionária antifeminista, sintonizada com o pensamento e o catecismo de Karol Wojtyla. A matriz dessa retórica é católica – mais precisamente, neofundamentalista católica, contrária inclusive a disposições do Concílio Vaticano I.



Lembremos que, ao longo do pontificado do papa polaco, houve uma importante mudança no registro discursivo da Igreja sobre a ordem sexual. A “Teologia do Corpo”, apresentada por ele com a colaboração de Joseph Ratzinger e reafirmada por seus sucessores, postula que as disposições da mulher (como o amor materno, por exemplo) são naturais e próprias dela e que derivam da sua anatomia e da sua psicologia “particular”. A mulher deixou aí de ser representada como meramente subordinada ao homem para tornar-se sua complementar. Ora, isso não implicava um arrefecimento na doutrina. Pelo contrário. (LOWENKRON e MORA, 2017, s/p)

3.2 Equívocos recorrentes sobre gênero e sexualidade

Quem defende que feministas e/ou pessoas LGBT querem impor uma “ideologia de gênero” na sociedade em geral comete uma série de equívocos. Iremos elencar apenas alguns dos mais recorrentes a seguir.

Primeiro: defendem que a homossexualidade não é “natural e normal” e, por isso, as pessoas homossexuais devem ser curadas e não devem ter direitos. Defendem, inclusive, que a homossexualidade volte a ser considerada uma doença. Como todos sabem, no dia 17 de maio de 1990, a Organização Mundial de Saúde (OMS) retirou o “homossexualismo” da lista internacional de doenças. No Brasil, o Conselho Federal de Psicologia emitiu a resolução 01/1999, que proíbe qualquer psicólogo/a realizar algum tratamento para reverter a homossexualidade de algum paciente¹. Realmente, os estudiosos da sexualidade ainda não chegaram a um consenso sobre se existe ou não algum componente genético que interfira ou gere a orientação sexual homossexual. Mas isso jamais poderia ser uma razão para defender a patologização, a violência e o ódio para com as pessoas LGBT. As pessoas pesquisadoras não possuem respostas “genéticas” para a homossexualidade, mas oferecem muitas outras respostas sobre como as pessoas, ao longo de suas vidas, passam a ter determinada orientação sexual e determinada identidade de gênero, como vimos ao longo deste módulo.

Diversos estudos (BUTLER, 2003, LOURO, 2010) apontam que existem diversas orientações sexuais e identidades de gênero com as quais uma pessoa pode vir a se identificar. Nesse processo de identificação não existe apenas um fator ou ator social que influencia as pessoas. Trata-se

¹ Ver em http://pol.org.br/legislacao/pdf/resolucao1999_1.pdf

de um complexo processo de identificação. Portanto, qualquer orientação ou identidade é legítima. A heterossexualidade é tão legítima quanto a homossexualidade, a bissexualidade ou a travestilidade. Todas são formas de vivenciar as múltiplas sexualidades e os gêneros.

Por isso, se a pergunta é qual a causa da homossexualidade, deveríamos também nos perguntar, como já fazia Freud, quais as causas da heterossexualidade. Assim como não existe consenso sobre a existência de um “gene gay”, também não existe um “gene heterossexual” e nem por isso os heterossexuais devem deixar de ser respeitados. Ou seja, o que efetivamente sabemos é que determinados setores da sociedade exigem que todas as pessoas devem ser heterossexuais. Por isso, a heterossexualidade é que se torna uma norma que todos deveriam seguir.

Segundo: as pessoas LGBT são um risco à sociedade porque desejam “destruir a família”. Ao acionar o ideal de família nuclear burguesa (pai, mãe, filhos), os conservadores distorcem evidências históricas amplamente estudadas por pesquisadores/as do mundo inteiro. O que dizem esses estudos?

1. A família é também fruto de um longo processo histórico. Nem sempre existiu essa configuração familiar defendida por essas pessoas. Basta lembrar da existência dos clãs, que são anteriores às famílias de hoje, e dos casamentos arranjados, nos quais as noivas eram escolhidas pelos pais do noivo;
2. As pessoas pobres, em especial as brasileiras, sabem muito bem que esse ideal de família é tipicamente burguês. Nossas famílias são construídas em uma ampla diversidade de combinações, com filhos/as sendo criados/as por avós, tios, vizinhos, amigos, ou com apenas a presença da mãe. Ou seja, ao defender apenas um tipo de constituição familiar, na verdade, se atenta contra boa parte das constituições familiares que existem em nossa sociedade, disseminando o seu ódio para além da população LGBT;
3. Eles dizem: “desde a época de Adão e Eva, as sociedades civilizadas entendem que a família consiste em uma mãe, um pai e os filhos”. Essa posição exige que todos acreditem na existência de Adão e Eva, ignora que nem sempre o homem viveu em chamadas “sociedades civilizadas” tais como as conhecemos hoje, que as relações de parentes mudaram ao longo do tempo (ler, por exemplo, LÉVI-STRAUSS, 1982, e BUTLER, 2003b). Trata-se de um pensamento tipicamente criacionista, que omite dados e evidências históricas amplamente estudadas por pesquisadores do mundo, que demonstram que, ao longo da sua história, a humanidade passou por momentos de “barbárie” e com vários tipos de arranjos familiares (sobre as razões do retorno do criacionismo no mundo, ler MARTINS, 2001);

4. *Muitas pessoas LGBT gostam tanto dessa constituição familiar nuclear e burguesa que desejam constituir uma, mas dentro de uma perspectiva ampliada, um pouco diferente. Tanto isso é verdade que o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em 5 de maio 2011, a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil. O STF entendeu que o artigo 3º, inciso IV, da Constituição Federal, veda qualquer discriminação em virtude de sexo, raça, cor e que ninguém pode ser diminuído ou discriminado em função de sua orientação sexual.*

Terceiro: defendem que os homossexuais disseminam o que chamam de uma “cultura de morte” ou “estilo de morte” e não “estilo de vida”. Para essas pessoas, as doenças sexualmente transmissíveis, a depressão e até o número de suicídios de jovens homossexuais comprovariam a sua “tese”. Os homossexuais é que seriam culpados por serem vítimas da Aids e por cometerem suicídios. O que os movimentos sociais e os estudos mais respeitados informam é que a Aids vitimou e ainda vitima mais a população LGBT porque, entre várias outras razões, governos conservadores como o de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, não realizaram rapidamente ações de combate à disseminação do vírus HIV porque, inicialmente, ele estava atingindo mais os homossexuais. Além disso, é preciso considerar que os suicídios de LGBT são motivados pelo fato de determinados heterossexuais radicais não aceitarem a diversidade sexual e de gênero existente em nossa sociedade.

Quarto: relacionam sempre a pedofilia com a homossexualidade, como se essa prática criminosa não fosse encontrada entre a população heterossexual. Pedofilia não é uma orientação sexual e pode ser encontrada em qualquer identidade de gênero ou orientação sexual.

Quinto: toda e qualquer ação nas escolas e universidades que vise o respeito à diversidade sexual e de gênero teria como o objetivo de ensinar os estudantes a serem homossexuais. Na verdade, o que os movimentos sociais e educadores defendem é que a escola seja um local que ensine o respeito à diversidade (LOURO, 2003). Os estudos acadêmicos, já desenvolvidos em vários lugares do mundo e que, nos últimos anos, têm crescido muito nas universidades brasileiras, mesmo com perspectivas metodológicas e teóricas distintas, são enfáticos ao defender que todas as orientações sexuais e todos os gêneros são legítimos. O simples fato de promover estudos como esses e incentivar o debate para o respeito à diversidade é entendido como proselitismo gay. Historicamente, o que ocorreu e ainda ocorre é que as famílias, as escolas e a sociedade em geral ensinam, de forma coercitiva e autoritária, que todos sejam heterossexuais. Se existe alguma promoção em curso, há séculos, é em relação à heterossexualidade e não em relação à homossexualidade.

Sexto: os conservadores promovem atentados contra o Estado Laico ao defenderem que não exista uma separação entre Igreja e Estado. Trata-se de uma ideia que atenta para um princípio base do sistema democrático. A separação entre a religião e o Estado permitiu que a diversidade religiosa fosse respeitada, o que possibilitou o fim de muitos e sangrentos conflitos. Portanto, essa ideia representa um atentado ao Estado Democrático de Direito e violenta todas as denominações religiosas que não compactuam com as suas leituras de mundo.

Sétimo: os Estudos de Gênero ou Teoria de Gênero teriam substituído a ideia de discriminação de sexo por discriminação de gênero. Como vimos nas unidades 1 e 2 deste livro, o que os estudos têm feito é demonstrar como esses dois grandes tipos de discriminações estão relacionados. Ou seja, as pessoas não são apenas discriminadas por terem vagina ou pênis, mas porque a sua anatomia corporal é considerada pela sociedade como algo que confere à pessoa características mais positivas (como força, racionalidade para homens) ou negativa (como fragilidade, irracionalidade para mulheres). Além disso, as pessoas que possuem um gênero – masculino ou feminino – que é considerado como equivocado para o seu sexo não são discriminadas apenas pelo seu sexo anatômico ou por sua prática sexual, mas pela forma como desejam se colocar socialmente – comportamentos, vestuário, formas de relacionamento etc.

Oitavo: uma criança necessita de um pai e uma mãe para constituir a sua personalidade. Outro imenso equívoco que a própria psicanálise e a psicologia já elucidaram há décadas. O que os estudos mostram é que precisamos de referências tidas metaforicamente como masculinas ou femininas, mas que esses papéis não precisam ser desempenhados por quem tem vagina ou pênis, mas sim por qualquer pessoa, independente do seu sexo, orientação sexual ou gênero. Ou todas as pessoas criadas apenas por uma mãe, índice altíssimo em nossa Bahia, seriam doentes?

Diante disso, cabe a pergunta: quem tem verdadeiramente “ideologia de gênero”? As pessoas feministas e LGBT ou os criadores dessa expressão?

3.3 Genes determinam a homossexualidade?

Existe algum componente genético que determina a homossexualidade? Para alguns geneticistas, algumas pesquisas já poderiam explicar o que leva alguém a ser homossexual. No entanto, se lermos com atenção os textos oriundos dessas pesquisas mais referenciadas veremos que elas não são conclusivas.

Um dos textos citados pelos geneticistas é *Genetic and environmental influences on sexual orientation*², que faz uma síntese de dezenas de estudos que tentaram encontrar componentes genéticos para explicar a orientação sexual das pessoas. Segundo os autores, o método mais utilizado foi o de estudo com gêmeos. Sobre essas pesquisas, os próprios autores apontam que é necessário pesquisar mais porque, por exemplo, muitas vezes foram escolhidos apenas gêmeos que viveram juntos ao longo das suas vidas (e os que têm a mesma carga genética e viveram em espaços culturais diferentes?), além das amostras ainda serem discutíveis.

Ao final do texto, eles dizem: “Durante as últimas duas décadas, acumulou-se um crescente corpo de evidências sugerindo que os fatores genéticos e familiares afetam tanto a orientação sexual masculina e feminina. A evidência genética é substancialmente mais forte para o sexo masculino do que para orientação sexual feminina”. Ou seja, além de apenas “sugerir” e não concluir de forma determinante, existe aí mais um problema de pesquisa: por que a genética poderia explicar a orientação sexual homossexual dos homens e não a das mulheres?

Ainda sobre as pesquisas com gêmeos, elas apontariam que, quanto mais similaridade genética existir entre eles, se um deles for gay existe maior probabilidade de que o outro também o será. Mas isso não ocorre em 100% dos casos pesquisados e, além disso, o número de pessoas pesquisadas ainda foi considerado baixo. Uma notícia sobre a pesquisa com gêmeos, disponível na internet, também alerta: “Mas a pesquisa não é definitiva, já que outros cientistas observaram que o número de homossexuais participantes no estudo foi baixo, e que os resultados relacionados à orientação sexual estariam distorcidos”.³

² Disponível em http://genepi.qimr.edu.au/contents/p/staff/NGMHandbook-BehGen_Chapter19.pdf.

³ Leia em <http://hypescience.com/novo-estudo-sugere-que-as-pessoas-ja-nas-cem-gays/>

Outra pesquisa foi publicada no texto *PET and MRI show differences in cerebral asymmetry and functional connectivity between homo and heterosexual subjects*⁴. Os pesquisadores teriam encontrado muita similaridade entre o cérebro de mulheres heterossexuais e de homens homossexuais. Participaram dessa pesquisa noventa pessoas, 25 homens heterossexuais, 25 mulheres heterossexuais, 20 homens homossexuais e 20 mulheres homossexuais. Por causa do pequeno universo pesquisado, o próprio texto dos autores do estudo diz: “Essas observações nos motivam a realizar pesquisas mais amplas com grupos de estudo maiores e a buscar uma melhor compreensão da neurobiologia à homossexualidade.” Ou seja, os próprios autores do estudo não usam os seus dados para dizer que a genética determina a orientação sexual homossexual, mas que mais estudos precisam ser realizados.

Outra pesquisa apontaria que os homens homossexuais teriam maior capacidade de identificar o cheiro de outros homens. Ora, mas aprendemos a identificar cheiros. Outro problema desse tipo de pesquisa é a vinculação da prática sexual dos animais com a dos humanos. No entanto, sexualidade existe apenas em humanos, que vivem em cultura. Os animais são dominados, de forma hegemônica, por instintos. Mesmo os animais mais domesticados, ainda que externem sentimentos, não são influenciados por todas as normas de gênero e sexualidade que incidem sobre os humanos.

Retomemos então algo que já foi enfatizado anteriormente neste livro. Os estudiosos da sexualidade ainda não chegaram a um consenso sobre se existe ou não algum componente genético que interfira ou gere a orientação sexual homossexual, mas oferecem muitas outras respostas sobre como as pessoas, ao longo de suas vidas, passam a ter determinada orientação sexual e determinada identidade de gênero.

Diversos pesquisadores perguntam por que a sociedade e os cientistas querem tanto saber sobre a origem da homossexualidade e não querem saber da origem da heterossexualidade. Qual são os objetivos dessas pesquisas que tentam encontrar um gene gay? Para curar a homossexualidade? Esse “debate”, alertam alguns militantes LGBT, joga para o escanteio toda a discussão sobre a produção das identidades. A sexualidade, seja ela a homossexualidade ou a heterossexualidade, não se resume à prática sexual entre as pessoas e/ou à “biologia”. A prática sexual é uma questão importante (para determinadas pessoas apenas se for para a reprodução), mas as nossas sexualidades e nossos gêneros são compostos por diversos outros fatores.

⁴ Disponível em site <http://www.pnas.org/content/105/27/9403.full>

A imensidão e riqueza desses outros fatores ficam obscurecidos nesses debates que envolvem as chamadas “ciências duras”.

De qualquer forma, o que militantes desejam é discutir Direitos Humanos, porque determinadas pessoas têm mais direitos e outras não. Por que determinadas pessoas são mais respeitadas, podem continuar vivendo, e outras podem continuar sendo assassinadas aos milhares a cada ano por causa das suas orientações sexuais e identidades de gênero? E qual o papel da escola nesse processo todo? Essas questões serão debatidas no próximo componente curricular.

Síntese da unidade

“Ideologia de gênero” é uma categoria criada por católicos e depois usada por diversos religiosos, de variadas denominações, para combater os movimentos e estudos feministas, queer ou LGBT. Vivemos hoje um período de grandes tensionamentos entre visões distintas sobre o campo das sexualidades e dos gêneros. Esses tensionamentos e polêmicas também atingem a própria produção científica, como vimos nas diferentes possíveis leituras em torno das pesquisas em torno da existência ou não de um gene que determinaria porque determinadas pessoas são homossexuais.

Este módulo, explicitamente, adere às perspectivas da construção e desconstrução da realidade, filiado aos estudos feministas, LGBT e queer que, mesmo em suas imensas diferenças, argumentam que as políticas e as produções dos conhecimentos não coisas separadas. Sujeito pesquisador e objeto a ser pesquisado estão sempre implicados. A diferença é que algumas pessoas explicitam isso e outras negam ou encobrem essas relações. O pessoal é político. A produção do conhecimento também.

Atividade!

Assista o vídeo da pastora Lusmarina Campos Garcia, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=K6ZgFdu14wY> e responda:

- Como a pastora relaciona a chamada “ideologia de gênero” e a categoria gênero com a pauta feminista pela descriminalização do aborto?
- A pastora diz: “a laicidade do Estado não é um estado ateu”. Como ela explica isso?
- Em que medida a pauta do aborto se relaciona com pautas da população LGBT?



Figura 17: imagem de Rawpixel

Dicas de leituras

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. ‘Ideologia de gênero’: a gênese de uma categoria política reacionária - ou a promoção dos direitos humanos se tornou uma ‘ameaça à família natural’?. In: Paula Regina Costa Ribeiro; Joanalira Corpes Magalhães. (Org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da FURG, 2017, p. 25-52.

LIONÇO, Tatiana. *Contra a má-fé: conjurações de uma acadêmica de ação direta*. Salvador: Editora Devires, 2018.

MISKOLCI, Richard e CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, 32(3), 2017, 725-748. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>

Referências

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. O que é cisgênero. *Transfeminismo*. 23 mar. 2014. Disponível em: <<http://transfeminismo.com/o-que-e-cisgenero/>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

BENTO, Berenice Bento. *A reinvenção do corpo*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

BIRMAN, Joel. *As pulsões e seus destinos: do corporal ao psíquico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Bellaterra, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual? *cadernos pagu* (21) 2003b: pp.219-260. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n21/n21a10.pdf> - Acesso em: 02 ago. 2018.

BUTLER, Judith. Críticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. *Sexualidades transgresoras. Una antología de estudios queer*. Barcelona: Icària editorial, 2002, p. 55-80.

BUTLER, Judith. Hacerle justicia a alguien: la reasignación de sexo y las alegorias de la transexualidad. In: BUTLER, Judith. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Geledés*, 6 março de 2011, disponível em <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> - Acesso 21 agosto 2018.

CARVALHO, Mario, CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidad, Salud y Sociedad* – Revista Latinoamericana, número 14, agosto 2013, p. 319-351. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000200015&script=sci_abstract&tlng=pt - Acesso 21 agosto 2018.

COLLING, Leandro. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). *Desfazendo Gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo*. Natal: EDUFRN, 2015a, p. 233-242.

COLLING, Leandro e SANTOS, Matheus Araujo dos. O corpo intersex e a politização do abjeto em XXY. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, dez. 2011, p. 234-250. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/23061/0> Acesso em: 25 ago. 2018.

DUMARESQ, Leila. O cisgênero existe. In: *Transliteração*, 2014. Disponível em: <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/> - Acesso em: 28 ago. 2018.

DUQUE, Tiago. *Montagens e desmontagens* - desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes. São Paulo: Annablume, 2011.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas?* Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERNANDES, Marisa. O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil. CULT, edição 235, 12 de junho de 2018. Disponível em

<https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-lesbicas-feministas-brasil/> Acesso em: 28 ago. 2018.

FONE, Byrne. *Homofobia: uma história*. México: Oceano, 2008.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos* (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

FRY, Peter. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GREEN, James. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença*. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, Vozes, 2007, p. 103 a 133.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Interlocuções teóricas do pensamento transfeminista. In: JESUS, J. G. de. et al. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanóia, 2014. p 3-18.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Bagoas*, volume 1, número 1, jul/dez 2007, p. 145 a 166.

KAAS, Hailey. O que são pessoas cis e cissexismo? *Ensaio de gênero*, 2012. Disponível em: <https://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/09/17/oque-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1982

LOURO, Guacira Lopes et al. (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. (org.). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

LOWENKRON, Lara e MORA, Claudia. *A gênese de uma categoria. Entrevista com Rogério Junqueira*. Publicada em 20/12/2017, disponível em <http://www.clam.org.br/destaque/conteudo.asp?cod=12704> - Acesso em 25 de janeiro de 2018.

MACHADO, Paula Sandrine. *O sexo dos anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/14947/000672652.pdf?sequence=1> Acesso em: 18 ago. 2018.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: a identidade sexual e a política no Brasil da abertura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: EULÁLIO, Alexandre. (Org.). *Caminhos cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 99-111.

MARTINS, Maurício Vieira. De Darwin, de caixas-pretas e do surpreendente retorno do 'criacionismo'. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 739-756, dez. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 30 ago. 2018.

MISKOLCI, Richard. *Teoria queer: um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006, Florianópolis. *Seminário Internacional Fazendo Gênero* (7.; 2006; Florianópolis, SC). Florianópolis - SC: Ed. Mulheres, 2006. Disponível em www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/N/Nubia_Regina_Moreira_06.pdf Acesso em: 18 ago. 2018.

NOGUEIRA, Gilmaro. Hétero-passivo é tendência. In: COLLING, Leandro e NOGUEIRA, Gilmaro. *Crônicas do CUS: cultura, sexo e gênero*. Salvador: Devires, 2017, p. 30 a 34.

PERLONGHER, Néstor Osvaldo. *O negócio do michê – prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PINO, Nádia Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos des-feitos. *Cadernos Pagu*, Campinas, Unicamp, n. 28, p. 149-176, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/08.pdf> - Acesso em: 18 ago. 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31624> Acesso em: 18 ago. 2018.

PRECIADO, Paul B. *Testo yonqui*. Madrid: Espasa, 2008.

RICH, Adrienne. A heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, volume 4, número 5, jan./jun.2010, p. 17-44.

ROLNIK, Suely. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. Disponível em

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1582/gaylerubin.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 28 ago. 2018.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), jul/dez 1995, p. 71-99. Disponível em <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721> - Acesso em: 28 ago. 2018.

SILVA, Alessandro Soares da. *Memória, Consciência e Políticas Públicas: as Paradas*

do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, Año 9 N° 27 – Noviembre/Diciembre de 2011, p. 127-158. Disponível em <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria,%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf>

SOUZA, Fábio Feltrin e BENETTI, Fernando José. Os estudos queer no Brasil: um balanço. In: ALVES, Douglas Santos (org.) *Gênero e diversidade sexual: teoria, política e educação em perspectiva*. Tubarão: Copiart; Chapecó: UFFS, 2016, p. 115-136.

TADEU DA SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU DA SILVA, Tomaz (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2007, p 73 a 102

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19685/1/VERGUEIRO%20Viviane%20-%20Por%20inflexoes%20decoloniais%20de%20corpos%20e%20identidades%20de%20genero%20inconformes.pdf> - Acesso em: 28 ago. 2018.

WITTIG, Monique. *El pensamiento heterosexual y otros ensaios*. Madrid: Egales, 2006.

Gênero e sexualidade na atualidade

Este livro didático foi pensado para apresentar, de uma forma panorâmica e inicial, alguns aspectos, conceitos e definições importantes para quem deseja estudar os temas relativos à diversidade sexual e de gênero na atualidade.

A proposta é suscitar nas pessoas leitoras o desejo de ler mais sobre os temas, pois neste espaço jamais daríamos conta de desenvolver todos os assuntos e nuances desses temas ricos e complexos sobre sexualidade e gênero.



PROEXT
PROREITORIA DE EXTENSÃO



Instituto de
Humanidades, Artes e Ciências
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

